



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 45**

Sessão Ordinária Setembro

Reunião em 20/09/2024

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na Freguesia de São Bernardo, no Edifício Sede da Sociedade Musical de Santa Cecília, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Segunda Secretário, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, na qualidade de Primeira Secretária, e pela Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, na qualidade de Segunda Secretário, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Faltou o Vogal Filipe Jorge de Mendonça Santos Andrade Ramos.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Faltou o Vereador Luís Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão da Primeira Secretária da Mesa Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, pelo sucedâneo Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, e dos Vogais, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo

Alexandre Costa Alves Angélico, António Manuel Santos Salavessa, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Víctor Manuel Marques de Oliveira, se fez substituir nesta reunião da sessão, por Ana Catarina Vieira Rodrigues.<sup>003</sup>

**Continuando, deu conhecimento do termo do pedido de suspensão de mandato, do Vogal Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos.**

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os vogais da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 42 – Sessão Ordinária de Junho – 1.º reunião realizada em 28-06-2024: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>004</sup>

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Joana Filipa Ramos Lopes, Sílvia Fernandes Ribau, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva.

Acta n.º 43 – Sessão Ordinária de Junho – 2.ª reunião realizada em 08-07-2024: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>005</sup>

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, David Filipe Ramos Silva.

Acta n.º 44 – Sessão Extraordinária em Julho – Sessão realizada em 15-07-2024: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>006</sup>

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Pedro Machado Pires da Rosa, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, David Filipe Ramos Silva, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Fernando Tavares Marques.

Presidente da Mesa:<sup>007</sup>

*“Senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, é sabido que estamos num dia de luto nacional. Todos acompanhámos com particular preocupação os acontecimentos dos últimos dias, que fustigaram particularmente a nossa região e o nosso querido distrito de Aveiro. Pessoalmente queria fazer uma palavra de reconhecimento ao Senhor presidente da Câmara e a todas as entidades de proteção civil, os bombeiros, as forças policiais e a população que deu provas que nós portugueses, temos sentido de união em prol da defesa da nossa terra e da nossa pátria. Seguidamente vou ler um voto de pesar e de louvor que a Mesa construiu, devo dizer, interpretando textos que nos foram fazendo chegar pelos vários grupos municipais.*

*Portanto este texto pretende representar aqui o sentir de todos os partidos.*

*«O mês de setembro de 2024 fica marcado pela situação dramática decorrente dos múltiplos incêndios ocorridos em Portugal, os quais tiveram incidência no município de Aveiro e particular expressão em toda a região e distrito, envolvendo várias vítimas mortais entre as quais bombeiros que de forma heroica cumpriram o seu dever, bem como consideráveis prejuízos materiais e uma significativa delapidação do património ambiental nacional.*

*Neste contexto a assembleia municipal de Aveiro reunida em sessão ordinária descentralizada de 20 de setembro de 2024, na Academia de Santa Cecília em S. Bernardo, expressa o seu pesar pela vítimas, em particular os “soldados da paz” que, imbuídos por um inabalável espírito de sacrifício, pereceram num combate que toda a sociedade diz respeito.*

*Mais manifesta a seu louvor a todos os bombeiros, forças de segurança e proteção civil, autarquias e a toda a comunidade, incluindo cidadãos, associações ou empresas que de forma generosa e empenhada tem colaborado para a mitigação dos graves prejuízos.*

*Este voto é acompanhado de um minuto de silêncio.»*

**De seguida o Presidente da Mesa, colocou à aprovação do Plenário um Voto de Pesar e de Louvor, seguido de um minuto de silêncio, pelas vítimas mortais ocorridas nos múltiplos incêndios que ocorreram por todo o país, nos dias 15, 16 e 17 de Setembro, entre as quais Bombeiros que de forma heroica cumpriam o seu dever. Foi aprovado por Unanimidade.**

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25JUN24 a 16SET24;**

**Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Pela Criação de Creches Municipais”;**

**Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Implementação de Videovigilância nas Áreas Centrais de Aveiro”.**

De seguida o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente de Junta de São Bernardo, Henrique da Rocha Vieira.

Presidente de Junta Henrique Vieira:<sup>009</sup>

*“Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, cumprimento todos os deputados desta Assembleia. E na pessoa do senhor Presidente da Câmara todo o executivo. Ao público presente e aos que estão a acompanhar pela internet. A nossa comunidade agradeço o interesse e a presença.*

*Agradeço também a presença dos meus parceiros do executivo, ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e aos restantes membros. Muito obrigado a todos pela vossa presença.*

*O executivo da Junta de Freguesia agradece e congratula-se pela realização desta assembleia na nossa freguesia. Em representação da nossa população agradecemos e esperamos que esta noite seja produtiva e positiva para todos. Porque queremos o melhor para a nossa freguesia e porque temos tido na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e do seu executivo a sensibilidade e o empenho na resolução dos nossos problemas e projetos, congratulamo-nos com o que em prol da nossa freguesia tenha sido feito. A título de exemplo a resolução do Pavilhão do Centro Desportivo de São Bernardo, agora municipal e que com acordo de utilização por parte do Clube.*

*Já agora também quero felicitar o Centro Desportivo de São Bernardo que ontem, dia 19, completou meio século de existência.*

*Também, referir, a fase adiantada do processo da rotunda da Cruz Alta. Temos tido um trabalho de equipa entre a Junta e a Câmara e que está a dar bons frutos. Está quase tudo pronto, falta uma parcela, mas esperamos que de facto dentro de muito pouco tempo possamos ver esta obra também resolvida.*

*A demolição do bico da gândara e o projeto para a melhoria das condições de segurança dos utentes da via pública. A aquisição do terreno na rua da Castela, para abertura de novo arruamento de forma a continuar a avançar o ambicioso projeto da Alameda Padre Félix e a construção do edifício cívico.*

*O projeto do parque aventura e do corredor ecológico continua a ter especial atenção tanto da Junta como da Câmara Municipal. Há entidades que nos têm atrasado de uma ou de outra forma esta realização do parque, já era para estar feito, mas enfim por vezes as coisas não são como nós queremos, mas como eles querem. Mas penso estar no bom caminho e este ano vamos ter a obra.*

*As negociações com o Ministério da Saúde para a resolução do assunto do Centro de Saúde Mental e a criação de um novo espaço de Saúde. O nosso recente foco é a qualidade de vida dos nossos concidadãos mantendo a nossa freguesia limpa, os espaços verdes asseados e bem tratados.*

*Também quero aqui destacar a nossa marca, que é o “Encontro no Parque” realizado no ultimo fim de semana. Foi um grande sucesso, quem lá esteve pode presenciar, para a Freguesia de São Bernardo, para Aveiro, e para as nossas Associações que tiveram um fundo de receita para todas elas.*

*Resta-me agradecer o apoio da Câmara Municipal de Aveiro em todas as nossas apostas e salientar a forma como são feitas as delegações de competências, o que permite à nossa Junta fazer face às despesas e não viver com sufoco financeiro, tendo como deve ser todas as contas em dia. Boa noite e bons trabalhos nesta Assembleia.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

De seguida o Presidente da Mesa informou que não havia munícipes inscritos para intervir neste período regimental de Intervenção do público.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início<sup>011</sup> ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

### Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>012</sup>

*“Boa noite Senhor Presidente. E em seu nome cumprimento todos os presentes e quem nos está a ver nas redes sociais. O PCP endereça à sua solidariedade para com as populações e os trabalhadores das regiões afetadas pelos fogos. E endereça o seu apreço e reconhecimento aos bombeiros nacionais e a todo mecanismo profissionais integrantes dos meios de salvação pública. PCP ainda endereça as suas condolências às famílias de todas as vítimas mortais dos incêndios florestais. Na tragédia dos incêndios, repetidamente, novamente em curso, pode existir intervenção humana criminosa ou por negligência, ou até alegadas causas naturais resultantes dos reacendimentos florestais que na prática são combustíveis. Mas e para que não se repitam erros, outras causas e motivos mais fundos preocupantes existem e confere previsibilidade ao futuro, desde logo, as profundas transformações dos territórios nas últimas décadas, resultantes das opções políticas de direita, mais gerais, com profundos impactos na ocupação dos solos e na demografia do país.*

*Se por um lado, assistiu-se à utilização galopante dos solos, patrocinada pelas grandes celulosas onde muitos governantes encontram-se agora a trabalhar. Por outro lado, verifica-se à boleia de políticas comunitárias como a da PAC, cujos fundos apenas chegam aos grandes agrários, que nem sequer estão no Norte e Centro, que fez destruição da agricultura familiar e que resultou no desaparecimento da pequena e média agricultura que enriquecia e justificava a ocupação dos solos. Essa agricultura familiar, em destruição acelerada, é uma opção de política dos sucessivos governos e há que o dizer e assumir, resultante também de um declínio demográfico do Interior, na perda de segmentos da população com papel importante no tratamento das terras, na sessação dos incêndios e até ao extremo no seu combate.*

*A desorganização da mancha florestal é total. O Estado e as políticas públicas são marginais. A eventual lição de 2017 foi esquecida e as promessas enterradas. É preocupante que, em Setembro de 2024, o Primeiro-ministro e Presidente da República, insistam em reduzir a tragédia dos incêndios à marginalidade e ao azar.*

*Concluindo sublinhando o papel heroico dos Bombeiros Portugueses e relembramos que, em Julho deste ano, o PCP apresentou na Assembleia da República propostas para o reconhecimento e reforço do estatuto social do bombeiro. O seu reconhecimento de profissão de desgaste rápido, reduzindo o seu tempo de reforma, aumentando as suas férias e assumindo outros direitos económicos sociais aos bombeiros. Não bastam palavras simpáticas, são precisas ações.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>013</sup>

*“Boa noite Senhoras Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo. Senhoras vereadores, senhores deputados municipais, restantes presidentes de junta de freguesia e público presente. Os enormes fogos florestais que ocorreram esta semana no distrito Aveiro e em distritos vizinhos e que causaram enormes perdas humanas e materiais, tornam este assunto incontornável para nós neste período antes da ordem do dia.*

*Depois de um Verão ameno, bastaram 3 dias para que 2024 se tornasse num dos piores anos incêndios em Portugal em termos de área ardida! Foi uma semana extremamente difícil para a cidade de Aveiro e para a região de Aveiro. Queremos expressar a nossa profunda gratidão aos Bombeiros de Aveiro. Um agradecimento também aos munícipes que souberam organizar-se, manter a calma e ajudar no que fosse necessário e adequado. Ocorreram campanhas de angariação de bens de primeira necessidade para auxílio aos bombeiros, às quais os aveirenses souberam responder em massa.*

*Um reconhecimento também ao nosso Presidente da Câmara por ter tido a lucidez de cancelar a sua viagem ao Comité das Regiões na Finlândia. No rescaldo dos incêndios, é hora de começar a apurar responsabilidades e de o país promover as discussões que realmente importam. Continuar a atribuir os grandes incêndios às alterações climáticas é uma falácia que apenas servirá para continuar a desresponsabilizar a nossa classe política pela sua incompetência.*

*Continuar a culpar a falta de limpeza das matas, muita delas pertença do próprio Estado, é, de certo modo, outra falácia. Também só serve para desresponsabilizar a nossa classe política pela sua incompetência. Se os privados não limpam os seus terrenos é porque algo está errado nas leis. Deverão os privados ser coagidos a limpar os seus terrenos ou incentivados? Fica a questão. Como disse há dias o arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos, numa entrevista na RTP 3, os proprietários não limpam os terrenos, porque não veem qualquer benefício económico nisso. Talvez, talvez seja tempo de as autarquias começarem a equacionar uma mudança de paradigma neste sentido.*

*Por outro lado, uma grande parte dos incêndios, é sabido, são de origem criminosa. E só a equiparação dos incendiários e dos seus mandantes a terroristas, imputando-lhes penas de prisão efetiva muito duras, nos livrará deste inferno de chamas que tantos tem morto e tantos mais despojado de todos os seus bens. Tenho dito.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos assistem via Internet. Antes de começar, permitam que expresse o meu pesar às famílias das vítimas destes incêndios. Gostaria ainda de louvar os esforços e sacrifícios de todos os que trabalharam para controlar e solucionar estes episódios de incêndios, em especial os Bombeiros, tantas vezes esquecidos ou descurados.*

*Dito isto, gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara. Fomos informados de descargas ilegais que ocorreram nos últimos dias junto à Marinha de Santiago da Fonte da Universidade de Aveiro, na zona do Crasto. Segundo os relatos, as Águas do Centro Litoral terão vazado águas residuais sem qualquer tratamento para a Ria de Aveiro, algo que nos dizem ser prática recorrente! Mesmo com denúncias efetuadas junto das autarquias, secretarias de estado, etc. Tratando-se das Águas do Centro Litoral, uma empresa pública da qual a Câmara Municipal de Aveiro é acionista, questionamos o executivo, se tem conhecimento destes factos e se nos sabe explicar o que é que se trata?*

*Numa semana em que recebemos novos alunos de todos os pontos país na nossa universidade, tratando-se de uma zona que se encontra a ser dinamizada com início o curso de Medicina na Escola Superior de Saúde e com a expansão de fruição turística para esta parte da cidade, através da anunciada via panorâmica, que vai estender a renovada rua da Pêga, questionamos se é este o postal de Aveiro, Capital da Cultura 2024? Questiono ainda sobre o novo episódio da inundação da antiga lota! O que falhou desta vez e quando tal deixará de acontecer? Obrigado.”*

Vogal João Moniz (BE)<sup>015</sup>

Vogal Jorge Gonçalves (PS)<sup>016</sup>

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>017</sup>

*“Boa noite a todos. E boa noite a todos os fregueses de São Bernardo. É um gosto estar aqui porque foi aqui ao lado que eu comecei a minha atividade profissional, a dar português para estrangeiros, portanto é com muito gosto que venho a esta casa e aqui ao lado também, porque fazíamos alguns convívios aqui neste salão da Santa Cecília.*

*Querida fazer duas questões. A primeira questão tem que ver com as obras que se estão a fazer atrás do Oita, na rua comandante Rocha e Cunha. Eu gostava de saber, porque foi uma das preocupações que nos chegou, foi se a efetivamente só vão fazer a obra naquela rua e em frente na Travessa do Dispensário. Portanto, se em frente ao cabeleireiro e até ao hotel Moliceiro se também vão fazer a intervenção ou não. Essa é a primeira questão.*

*A minha segunda questão é que eu e ali a minha colega Catarina Barreto, fomos escolhidas para fazer parte do grupo de trabalho e para trabalhar no Plano da Igualdade e até ao momento ainda não fomos chamadas e eu gostava de saber se isso está planeado e para quanto. Obrigada.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*“Boa noite a todos. Obrigado senhor Presidente. Cumprimento antes de mais todas as pessoas nos veem lá em casa. E para não me repetir em relação aos assuntos, já agora fazia só acrescentos. Em relação a esta coisa dos incêndios, eu, aliás, nem sou propriamente suspeito por dizer isto, mas gostei da intervenção do Senhor Presidente da Câmara no final da reunião que o Senhor Primeiro-ministro e sobretudo aquilo que disse. E não me interessa se no passado o engenheiro Ribau Esteves defendeu coisa diferente ou se tinha outra perspetiva sobre a lei atual. Não interessa nada disso, o que interessa foi o que disse.*

*O que me interessa é a questão das soluções. Nós temos é que arranjar maneira de resolver o problema uma vez por todas. E há muitos incendiários em Portugal, sim. Mas o que tenho visto nas redes sociais, nomeadamente nas redes sociais patrocinadas pelo Chega, pois são disseminadas força a força, é haver a associação criminosa e é só de quem não percebe nada disto! É de quem não percebe nada de crime. Porque a associação criminosa existe, quando o negócio é altamente rentável. Existe para o tráfico de droga, para o tráfico de armas, para o tráfico de seres humanos, etc. etc, não é para nada disto.*

*Evidentemente que há criminalidade muito afeta a isto. É preciso perceber o rácio. A PJ já fez uma declaração e a Polícia Judiciária, se há Polícia querida e penso que reconhecida unanimemente em termos de competência, por todos portugueses, é a Polícia Judiciária. E não quero ver ninguém agora a dizer que se calhar já não é bem assim, só porque desmente, só porque desmentiu o Primeiro-ministro.*

*Porque dizem que não é propriamente essa incidência. É evidente que é um problema que devemos perceber, mas não é esse o principal problema. Porque se nós virmos no gráfico das áreas ardidas, nós temos uma área ardida muito superior à Grécia, à Espanha, a todos os países, não é. E a questão é, não consta, não consta porque depois as pessoas veem isso na lógica, temos muitos incendiados! Mas quê, mas somos só nós? Só os portugueses é que têm madeiros interessados. Os Gregos não têm, nem os espanhóis. E não há tolinhos na Grécia ou na Espanha ou na Itália, para depois chegar o fogo.*

*O problema é que a nossa floresta é altamente combustível e é combustível de maneira diferente porque está latamente desorganizada. O Presidente da Câmara disse e bem, é que faltam depois competências para tratar das questões. E a Câmara tem que fazer 1700 ações, até conseguiu limpar o terreno de alguém. Essa é que é a questão. Seja esta Câmara, não me*

*interessa se é do PSD ou do PS, é qualquer Câmara do meu país tem essa dificuldade. E se o PS vai ganhar eleições a seguir na câmara ao lado é a mesma coisa, etc. e a dificuldade vai-se manter.*

*E, portanto, o que resolve o problema do país é darmos poder para que quem está com proximidade possa realmente atuar com firmeza e com velocidade. Essa é que é a principal questão e que nós devemos preocupar-nos com isso. Há terrenos, por exemplo, o Eng. Ribau Esteves disse uma coisa que é óbvia, que é muitos dos terrenos florestais do país não se sabe quem são. São de uma herança e depois é de um primo que está na Venezuela, outro que acha que se morreu nos Estados Unidos no Machassuts ou terá emigrado para o Canadá em 1948. A Câmara tem que fazer a notificação e não tem qualquer possibilidade de fazer a intervenção naquele terreno. Conclusão, aquilo acumula. Não é o pinheiro, nem o eucalipto, nem nada. É toda a matéria em baixo que está combustível num terreno não limpo que vai colocar em causa as questões. É evidente que o incendiário tem que ser detido, preso, condenado com pena efetiva, não está em causa isso tudo. Agora a consequência da ignição que é feita é que tem que ser controlada de maneira diferente.*

*Pronto, era esta nota. Depois a seguir, poderá falar também, mas como já estou a ficar um bocadinho sem tempo, mas aproveitava para perguntar ao Eng. Ribau Esteves em relação à questão da lota? Tendo em conta a especificidade daqueles terrenos e tendo em conta o que surgiu ou que tem vindo a surgir, no caso das marés vivas, se não acharia prudente desenvolver um processo de planeamento específico para aquela área sensível, posto que vai ser mais do que necessário, mais coisas, se calhar, em termos de atuação que a autarquia vai ter que fazer para o desenvolvimento cabal da urbanização ou da parte urbanizável que queremos fazer todos. É uma área sensível da cidade, como é evidente, não há nenhum aveirense que não perceba. Só para concluir o seguinte. Toda a gente percebe, todos os aveirenses percebem que é uma área sensível e uma área sensível tem que ser estudada com toda a calma. E, portanto, perguntava ao Senhor Presidente, se tenciona ou não abrir, enfim, ou desenvolver um plano, um instrumento de planeamento diferente, específico, dedicado para aquela área sensível do município.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

*“Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de freguesia de São Bernardo, meu caro amigo Henrique Vieira. Desejava em nome do PSD agradecer a receção e estadia, nesta sua, nossa freguesia. Muito obrigado Henrique.*

*Senhor presidente da mesa. Senhor presidente do executivo, nas suas pessoas, cumprimentar todos os presentes e os cidadãos que nos assistem online. Para hoje e nome da bancada do PSD, podia vir falar neste PAOD de vários assuntos, todos eles importantes para a vida, para a política e para os aveirenses. Mas visto que estamos a 20 Setembro de 2024, vou-me conter e falar apenas de dois assuntos - Bombeiros e São Bernardo.*

*Falar dos Bombeiros neste momento triste para todos nós é fácil, mas acreditem, é-me muito difícil. Eu profissionalmente trabalho, quase todos os dias com os Bombeiros da Região de Aveiro. E quando no nosso desempenho pré-hospitalar, uma função onde o nosso desígnio não é salvar ninguém, mas sim dar o nosso melhor, fazer o nosso melhor, para que o estado de doença ou maleita de cada um dos assistidos não agrave e sim melhor. Que a sua estadia entre nós seja prolongada no tempo, mas isso não depende de nós. Nós, médicos, enfermeiros e bombeiros, no pré-hospitalar, a nós compete-nos dar o nosso melhor em prol desse desígnio. E eles, os bombeiros, sempre lá estão, muitas vezes em condições difíceis, mal pagos e muitas vezes mal compreendidos e reconhecidos.*

*Este é o meu dia-a-dia com os bombeiros. Por isso e em nome da bancada do PSD/Aveiro não podia deixar de aqui reconhecer o esforço, a entrega, a lealdade e a abnegação dos bombeiros.*

*Queria também deixar um voto de louvor e pesar pelos trágicos acontecimentos dos últimos dias, deixando também um voto de condolências a todas as pessoas atingidas pelos trágicos acontecimentos. Um voto de condolências, especialmente às famílias, às associações de bombeiros atingidos, aos seus COS e às famílias e colegas. Quando morre um bombeiro em serviço morre 1 de nós.*

*Em 2º lugar São Bernardo. É fácil falar de São Bernardo. São Bernardo é uma freguesia jovem, nova, dinâmica, que sempre foi olhada e tida como uma freguesia diferente.*

*São Bernardo era a menina dos olhos do Dr. Girão Pereira, que aqui criou e desenvolveu o seu delfim autárquico. São Bernardo era a freguesia do professor Élio Maia, que foi durante vários mandatos aqui o Presidente. São Bernardo, enquanto freguesia, na minha opinião, sempre foi um pouco prejudicada pela forte ligação destes dois autarcas, como se diz no futebol, para mostrarem ser imparciais prejudicavam a equipa da casa.*

*São Bernardo enquanto freguesia cresceu e desenvolveu-se muito, principalmente no âmbito social e associativo. É de todos reconhecido o grande e forte desenvolvimento associativo desta freguesia. Depois e já com este executivo, levou com uma lufada de ar fresco e a sua rede viária foi requalificada. A Unidade de Saúde foi requalificada, as escolas foram requalificadas, o antigo Centro de Saúde Mental tem destino com construção adaptada, para uma unidade de saúde local, serviço que vai sair do Centro de Saúde de Aveiro.*

*Ali ao lado, vamos ver construídos mais 130 unidades habitacionais a custos controlados com um objetivo claro, de aumentar a oferta de habitação e baixar o preço da mesma. Em São Bernardo o executivo também resolveu o problema do Centro Desportivo e do pavilhão. Resolvendo definitivamente mais uma dívida daquelas não constantes do relatório do IGF, mas que fazem a dívida do executivo socialista deixou, descolar dos ditos 150 milhões e aproximar-se dos verdadeiros 250 Milhões. Esta era uma dívida com assinatura do então Presidente da Câmara e mais uma célebre carta de conforto, dívidas que estavam no caixote. Deixar também uma palavra de parabéns a toda a comunidade desportiva e social do Centro Desportivo São Bernardo. A equipa de andebol que fez ontem 50 anos de vida e que é um clube diferente. É um clube das pessoas, da comunidade. Se calhar, pode-se afirmar que não existe em São Bernardo uma única família que nestes 50 anos não tinha alguém ligado ao clube. Esta é a essência do Clube São Bernardo, as pessoas. Por isso é um clube com uma associação diferente. A eles, ao clube e às pessoas, em nome do PSD queria daqui endereçar-vos votos sinceros de parabéns pelos seus 50 anos.*

*Mas São Bernardo quer mais. E nesse sentido na bancada do PSD gostávamos que o Senhor Presidente da Câmara nos dissesse como estão os projetos da rotunda Sul de São Bernardo, na saída de Oliveirinha, e também de ansiada rotunda central na Cruz Alta, junto ao cruzamento dos cafés. Naturalmente que gostávamos de ter uma palavra sobre as obras e o futuro Centro de Saúde no antigo centro de saúde mental de São Bernardo e a construção a custos controlados a construir ali ao lado.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

*“Muito obrigado. Boa noite a todos. Apenas uma palavra para me associar, seguramente em nome de todos os senhores vereadores, ao voto de pesar que a Assembleia Municipal aprovou, obviamente na ambiência de luto nacional que vivemos. Todas as matérias eu tratarei no ponto primeiro da ordem de trabalhos. Muito obrigado.”*

## **Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25JUN24 a 16SET24.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento sobre a Atividade Municipal.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

*“Muito obrigado. Os 3 temas que escolhi para a introdução deste ponto, primeiro da ordem de trabalhos. O primeiro é óbvio, vocês já se referenciaram a ele e é o primeiro ponto da informação que partilhamos com a Assembleia Municipal, como manda a nossa tradição. Naturalmente foi a tradição que implementámos. Enfim, está tudo dito e nesta fase, é melhor sermos mais reflexivos e objetivos naquilo que é a propositura de propostas (passe o pleonasma) ao Governo, para agir sobre aquilo que não está bem para colocar bem.*

*Há muitas coisas bem-feitas, obviamente, mas há sistematicamente problemas, omissões que desgraça após desgraça, se vão confirmando e os governos que se vão sucedendo, em regra, muito comunicativos, muito legisladores, muito produtores de entidades, algumas que não servem para coisíssima nenhuma como essa inacreditável entidade que o Governo anterior criou chamada a AGIF que não servem para coisa nenhuma, no que respeita a capacitar o território e as entidades, para por um lado prevenirem ocorrências de fogos como esta e, por outro lado terem mais capacidade para agirem quando situações desta natureza ocorrem.*

*Fizemos o nosso melhor. Toda a gente fez o seu melhor. Não vale a pena neste tipo de coisas e eu gosto muito pouco de lamechices como me conhecem, toda a gente fez o seu melhor.*

*Os cidadãos, especialmente aqueles que sentiram o calor por perto. Os empresários, bombeiros, a câmara, toda a gente. E quando acionámos o plano municipal de emergência, acionámos por uma questão política e formal, porque não era preciso. Porque todos os meios que precisámos de chamar, fosse a máquina duma empresa, fosse a cisterna do agricultor, antes de chamarmos ela já estava ao nosso dispor. Portanto deixar essa nota de forma muito clara, toda a gente deu o seu máximo.*

*Somos seres humanos, obviamente, erramos como é lógico, mas essa foi a circunstância que aconteceu em Aveiro, essa foi que a substância aconteceu seguramente por todo o país. Aquilo que interessa agora, e com a esperança e tenho dito e repetirei isto, de termos um governo novo apenas com 5 meses, está no seu 6.º mês de trabalho e a viver a sua primeira desgraça á séria em termos de incêndios florestais ou rurais como se diz agora, que seja a agora com tanto acumulado de asneira e de inércia, se decida aquilo que é preciso decidir.*

*Tenho resumido e resumirei, apenas porque estamos numa fase diferente da fase discursiva, três componentes.*

*A primeira é autoridade do Estado. Eu tenho dado o exemplo do presidente da câmara que é o primeiro responsável pela proteção civil no município e ao lado dessa primeira responsabilidade está uma coisa muito simples, é que o presidente da câmara não manda em coisíssima nenhuma quando estamos em cenário de operações.*

*Isto não faz sentido, porque, obviamente a responsabilidade tem que estar agregada à capacidade de decidir. E se o cidadão não limpa o terreno, eu não posso ter um processo administrativo lá dos mil passos que o Pedro referenciou. Eu não posso ter um processo administrativo longo, com audições e audições, com mil expedientes para o empatar e, no fim, quando o conseguimos acabar, um simples recurso para um Tribunal Administrativo com efeitos suspensivos, leva-o para o legislador processual, que em muitas condições ainda continuam a ser os tribunais.*

*E, portanto, é fundamental que quem é gestor do território, quem toma a decisão administrativa de mandar limpar um terreno que o proprietário identificado não limpou ou limpar um terreno de alguém que não conseguimos identificar, lembrando que o famoso BUPI em Portugal ainda só consegui identificar 30% dos proprietários e não vale a pena ter ilusões que chegar a 100% é impossível e a 50% é altamente improvável. Existe obviamente que a autoridade do Estado se exerça com mecanismos simples de posse administrativa, para que o Estado possa executar aquilo que o privado não executa.*

*Na outra dimensão, uma qualquer casa clandestina (e nós encontramos situações dramáticas), que são construídas às escondidas no meio da floresta, que nós tenhamos a capacidade de embargar, de mandar demolir, mas mesmo de mandar de sair e demolir. Quando é o cidadão que tem questões de natureza social, obviamente agir em conformidade com os mecanismos que todos temos. Agora, a verdade objetiva, e é tempo de falar verdade, é que a autoridade do Estado não se exerce.*

*E qualquer pessoa que está lá no meio da mata, como da nossa Mata, onde residem cerca de 50 famílias, nós fartos de mandar sair, de fazer negociações para realojamento, e um simples não, um simples não, impede que as coisas sejam executadas.*

*Portanto o país tem que tomar uma decisão, ou mandamos ou não mandamos. A lógica do Código Procedimento Administrativo e a lógica da gestão do país tem o de ser o benefício do infrator. E quem quer pôr na ordem, tem mil mecanismos de obstáculo para que isso aconteça.*

*Segunda situação e a integração da Estrutura de Comando em sede das operações. Não vale a pena, as coisas nunca funcionaram bem, não funcionam bem. Agora já vemos a Liga a criticar a ANEPC e a ANEPC a criticar a Liga. É um clássico! Mas a verdade é que a estrutura de comando não está integrada e também, só quem ainda não foi militar ou daqueles que o não foram, enfim, não estudaram, mas em combate ou há comando à séria ou há anarquia. Aquilo que eu costumo usar, a palavra que eu costumo usar é comando difuso. E não pode haver comando difuso.*

*Terceira matéria é, obviamente, o investimento para capacitar o território. Aqui isto não é tanto uma questão de planeamento é uma questão de capacidade de agir, para garantir zonas de exclusão de mato e de floresta encostada a aglomerados urbanos, sejam eles residenciais ou industriais. É a capacidade de garantir que uma autoestrada não é um problema. Nós tivemos a situação ridícula de termos as nossas 4 autoestradas simultaneamente cortadas, o que é uma coisa inacreditável, seguramente de record mundial. Quando se corta autoestrada, deve ser por um fogo fantástico, pois é uma plataforma de mobilidade rápida como todos os dias, mas especialmente rápida quando é para combater problemas desta natureza.*

*Portanto, são algumas notas de reflexão, nós vamos continuar a trabalhar arduamente. Nós próprios e anunciarei proximamente o que é que estamos a fazer com o quadro legal que existe e com uma propositura de quadro legal para que aquilo que queremos fazer possa acontecer de uma vez por todas.*

*Este incêndio, não nos ensinou nada que não tivéssemos já conhecido, mas este incêndio avisou muita gente da premência em podermos fazer aquilo que queremos fazer há muitos anos.*

*Uma segunda nota para o ponto sexto da Informação Municipal, que é os contratos que vamos assinar, estão aprovados, de financiamento de equipamentos sociais, de um conjunto de IPSS do nosso município. Com muita pena de que um investimento de excelente do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima tenha tido desistência da instituição, muito por força da saída do seu líder Padre Pedro Barros, que muito lamento no sentido dessa perda de capacidade, mas, obviamente, desejo-lhe todas as felicidades para as suas novas funções como é evidente. Foi uma pena termos perdido esse investimento muito interessante, muito bom, muito útil, mas pronto, todos os outros que conseguimos financiar, aprovar,*

*obviamente, são muito importantes para aumentarmos a capacidade da oferta social a todos os nossos concidadãos.*

*E a terceira e última palavra, para o início do ano letivo 24/25. Começou agora, estamos na primeira semana, embora quase não tivemos oportunidade de falar do ano letivo, enfim, pelos motivos óbvios das referências primeiras que todos fizemos. Mas dar nota do início tranquilo do nosso ano letivo. Com a nossa nova unidade escolar já a ser utilizada, que é o novo edifício da Escola do Primeiro Ciclo de Eixo. Com as obras que continuam em curso devidamente compatibilizadas, com a vivência escolar no próprio local, com instalações alternativas, nomeadamente os Areas e as Barrocas. E, obviamente, todo um vasto conjunto de objetivos, de programas fundamentais para o exercício do ano letivo que estão em pleno funcionamento.*

*Um ano letivo arrancar como deve ser, com toda a intensidade, respeitar as nossas competências, também é verdade no que respeita às competências dos vários parceiros, nomeadamente do Ministério da Educação e dos Agrupamentos de escolas que são o motor principal. Portanto Senhor Presidente e caros colegas autarcas, eram estas as três áreas principais que queria deixar nesta nota de intervenção inicial. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Coloco aqui 3 ou 4 questões, umas questões em relação às obras que encontram-se no concelho, e questionar o Senhor Presidente em relação obras, por exemplo, da rotunda de Aida e do viaduto de Esgueira. Se há alguns atrasos nessas obras não é, prolonga-se, não é. E perceber de como é que está, digamos, essas obras porque têm infernizado as populações e os comerciantes.*

*Também a questão da Rua Conselheiro Queirós não é, o estado da via está no estado que está. Não existem passeios! Que intervenção é que se pretende fazer nessa, digamos, nessa estrada.*

*Outra questão que nos chega, houve uma alteração da bilhética do ferry com a questão do bilhete deixar de ter as questões das 24 horas, não é. caso um residente compre ida e volta se não utilizar, já não pode utilizar no dia seguinte. E ainda a questão para todos aqueles que querem comprar nas máquinas eletrónicas, não é, se tiverem alguma questão de desconto, como os seniores ou crianças, não têm, digamos, essas máquinas não possibilitam, digamos, o desconto.*

*Depois ainda em relação ao ferry tivemos relatos que houve, digamos, utentes, não é, que utilizam autocaravanas, terem pago o bilhete e depois quando lá chegam a autocaravana não entra no ferry. Isso tem criado digamos, algumas questões, não é. E claro quando se fala do ferry nós continuamos a colocar a questão da retirada da linha 3. É uma questão que trazemos regularmente, não é, que achamos que a linha 3 como era poderia resolver muitas das questões dos atrasos e a questão dos utentes do ferry e dessa linha poderem ter melhores condições para a sua vida, quer profissional e escolar.*

*Outra, e para terminar, outra das questões que é aquela que já coloquei ao Senhor Presidente. Na última assembleia, não deu, digamos, uma resposta concreta em relação a isso, que é o próprio acesso ao ferry. Aquela plataforma que está colocada pessoas com alguma dificuldade de mobilidade têm dificuldade para acederem ao ferry. Disse.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

*“Senhor Presidente da Câmara, só uma pergunta. Na sessão ordinária do passado dia 28 de Junho, eu levantei aqui pela primeira vez a questão de se equacionar a videovigilância*

*Aveiro. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara disse-me que tinha agendada na semana seguinte uma reunião com a PSP. Eu gostava de saber, qual foi a informação que obtive da PSP nessa reunião. Isto não altera em nada, portanto, a proposta de recomendação que nós fazemos é mais a nossa proposta tem carácter mais preventivo. De qualquer modo, portanto, gostaria que nos informasse sobre os dados da criminalidade em Aveiro, como é que tem evoluído neste último ano. Tenho dito. Obrigado.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Relativamente à Atividade Municipal, no ponto 1, relativamente aos incêndios, o PAN apresentou nesta assembleia um voto de louvor aos Bombeiros, Proteção Civil e populares no combate aos incêndios, bem como voto de pesar pelas vítimas dos incêndios. Vivemos esta situação ano após ano, é fundamental a prevenção durante todo o ano, não basta as promessas durante os incêndios que depois são esquecidas até ao Verão seguinte. Isto tem de ser uma prioridade.*

*É essencial o ordenamento do nosso território e o reordenamento florestal que promova uma floresta bio-diversa. O eucalipto não pode continuar a ser a principal cultura entrementes árvores autóctones. A limpeza dos terrenos é fundamental e apesar da lei existente, muitas vezes são as próprias autarquias que não a cumprem. As alterações climáticas são uma realidade e estes eventos tornar-se-ão cada vez mais frequentes. Porque necessitamos de meios de prevenção adequados e de reforçar a nossa capacidade de resposta a este tipo de catástrofes, bem como dignificar a profissão dos bombeiros o PAN tem apresentado na Assembleia da República ao longo desta legislatura, várias iniciativas nesse sentido. Vimos aprovada a proposta para a remuneração digna para os bombeiros profissionais. Outra iniciativa apresentada visa reconhecer aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuir aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada. O PAN propôs também o ecocídio como crime. Propusemos também uma iniciativa para aumento de fundos de apoio municipal, previsto no Orçamento de Estado para responder aos estragos causados por estas catástrofes.*

*Reconhecemos que as dificuldades do território e as questões jurídicas e processuais para garantir a limpeza dos terrenos e recordamos a necessidade de um debate de uma alteração de várias peças, nomeadamente ao direito propriedade que em Portugal é um direito quase intocável, para bem e para o mal, como neste caso da obrigação da limpeza de propriedade. Aguardamos que a direita aproveite este momento para refletir como pretende evitar que o direito à propriedade não se torne dificuldade na defesa da vida das pessoas. Da nossa parte, estaremos sempre do lado da vida humana e estaremos disponíveis para colaborar nessa discussão.*

*Para os que possam achar que os incêndios limpam a floresta de eucaliptos e outras espécies incendiárias, não se enganem. Os incêndios de 2017 demonstraram que os eucaliptos queimados recuperam e atrás deles vem as acácias que substitui o restante manto vegetal. Na nossa zona há muito a fazer e ainda muito por fazer.*

*Relativamente à Aveiro o Senhor Presidente acusou a entidade gestora do antigo aterro, onde estão alguns serviços municipais, de más práticas. Mas afinal o que aconteceu? E porque motivo só agora existe esta denúncia, apesar de na proximidade estarem os profissionais e os serviços da Câmara Municipal. O que será feito para que algo semelhante não volte a acontecer neste local ou que venha a acontecer na Unidade de Eírol.*

*Relativamente ao ponto 45, relativamente ao Programa Polis e da Ministra do Ambiente, saudamos a aposta no projeto da Pateira de Fermentelos, com votos de que este projeto permite uma utilização mais confortável e abrangente aos diferentes públicos, bem como*

*permite dotar a zona de infraestruturas que facilitem a manutenção dos equipamentos da zona envolvente.*

*Relativamente ao ponto 72, relativamente à urbanização da Quinta da Pinheira. Também nós questionamos, tendo sido os imóveis pensados e beneficiado de condições para serem vendidos a custos controlados, se as rendas 900€ para um T2 não constitui um abuso das condições que o Estado e a Autarquia abdicou para garantir a habitação para os cidadãos*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>027</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Nós vamos centrar a nossa intervenção em 3 pontos de importância justificada. O primeiro ponto tem a ver com aquele plano, ou com o anúncio de que está a ser projetado, ou que vai ser, vai mesmo avançar, o aeródromo na base de São Jacinto. E a pergunta que nós queremos fazer é em primeiro lugar, o que é mencionado na comunicação do senhor presidente e nas suas declarações até agora é bastante vago. E nós, portanto, gostaríamos de ter mais informação sobre o que é que está planeado para essa infraestrutura. Mas, acima de tudo, queremos também saber se essa infraestrutura é compatível, e se não é compatível o que é que vai acontecer, quer uma quer a outra, com um outro plano que também foi avançado pelo o anterior Governo, sobre a construção ou projeção de um cluster de eólicas offshore para aquela zona. Portanto estas duas infraestruturas são compatíveis, se não são, o que é que vai acontecer?*

*Depois, este tema também já foi mencionado e nós gostaríamos de reforçá-la aqui, tem a ver com a situação de inundação na zona da lota. Seja pelo que for, muito provavelmente aquela inundação aconteceu por razões completamente naturais, houve cheias, houve uma maré viva naquela altura que provavelmente precipitou cheias, portanto aqui a questão não é se a Câmara é culpada pelas cheias. Obviamente que não é essa a questão. Mas aquilo que nós queremos focar era usar esta ocasião para obrigar talvez a Câmara a repensar aquilo que é o plano ou o esboço do plano que está projetado para aquela zona e a forma como este fenómeno da maré viva, de certa forma não nos obriga a repensar melhor o plano para a antiga zona da lota é a construção de parque habitacional e construção de infraestrutura pesada, numa zona que é sensível a estes fenómenos. E tendo em conta a trajetória de alterações climáticas e as consequências que essas alterações climáticas têm no nível do mar, se a situação, na verdade, não irá ficar ainda mais grave no futuro e, portanto, até que ponto é que nós não estamos a planear para o muito curto prazo, quando devíamos estar a planear para o longo prazo e repensar se aquela zona não deveria ter um outro uso. Um uso que se compatibilizasse com o património natural que existe naquela zona, que não um outro uso que providenciasse às populações uma outra relação com a natureza, etc.*

*E depois o terceiro tema que nós queríamos trazer é aqui já um clássico de diálogo que vamos traçando com o Senhor Presidente, tem a ver com a habitação. Nomeadamente com a inauguração dos primeiros fogos da urbanização a custos controlados da Quinta da Pinheira e o que nós queríamos perguntar ou comentar ao Senhor Presidente, aliás, em 1º lugar é preciso reconhecer, é preciso reconhecer, que tem havido uma evolução, temos assistido a uma evolução naquilo que é o discurso e o entendimento da Câmara Municipal sobre o problema da habitação. Na nossa opinião, a Câmara Municipal e seu executivo tem-se aproximado daquilo que é a análise que o Bloco de Esquerda tem feito. Há muito tempo, há muito tempo que o andamos a alertar para a existência de uma crise da habitação que é cada vez mais difícil aceder a uma habitação que seja compatível com os salários. Durante muito tempo, o Senhor Presidente e o seu executivo diziam que isto era uma fantasia esquerdoide, mas agora é o próprio executivo que reconhece que isto é efetivamente um problema e, portanto, queremos fazer esse reconhecimento.*

*No entanto, este reconhecimento na nossa opinião, não se tem materializado em políticas ajustadas à realidade. E esta urbanização da Quinta da Pinheira é um desses pilares. Se por um lado é positivo, porque existe efetivamente um problema de oferta na habitação não é o único problema, não é um problema de oferta que faz com que os preços cresçam de uma forma completamente incompatível com os rendimentos das pessoas, tem a ver com fenómenos de a forma como a habitação e o parque habitacional se têm tornado um ativo financeiro, secundarizando aquela que é a função social da habitação, que é ser habitada. Ela passou a ser um ativo financeiro e isso traz uma pressão acrescida no custo da habitação e, portanto, há um problema de oferta, mas não é esse o único problema. Mas aquilo que nós queremos perguntar é se o Senhor Presidente acha que é razoável esta característica desta urbanização específica, que é a seguinte: o proprietário, aquela pessoa que compra um destes fogos pode colocá-lo passados 5 anos no mercado outra vez, acabando com este efeito dos custos controlados. Esta habitação que foi comprada a um preço abaixo do mercado daqui a 5 anos não há garantia absolutamente nenhuma naquele que é o regulamento desta urbanização, que essa habitação não vai ser colocada, recolocada no mercado a custos de mercado e, portanto, não estamos aqui perante uma situação em que o erário público e o investimento público através da construção de infraestruturas para o acesso àquela zona, através da isenção fiscal e isenção do pagamento de licenças, se na verdade, não estamos aqui no futuro a premiar a especulação imobiliária. E se agora, o Senhor Presidente não reconhece que talvez aquele regulamento tenha sido mal feito e que o período entre a compra inicial e uma posterior venda, não deveria ser amplamente alargado e que 5 anos não é manifestamente insuficiente para evitar que estes imóveis sejam de forma perversa um contributo para o aumento dos preços e para o aquecimento do nosso mercado imobiliário. Disse.”*

Vogal Ernesto Barros (CDS)<sup>028</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>029</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Duas palavras sobre os incêndios. Já muito foi dito, vou procurar não repetir nada do que se disse aqui. Mas o Estado também é responsável pelas estradas nacionais e as estradas nacionais estão cheios de mato porque o próprio Estado não manda limpar ou não faz a limpeza nos territórios que lhe compete.*

*Ainda recentemente passei ali naquela zona de Peniche, Marinha Grande, onde houve os grandes incêndios há 7 anos e acho que todos nos lembramos do que disse o Primeiro-ministro, que ia plantar aquela zona toda com árvores autóctones. Zero! É um deserto. Está limpo dos resíduos incêndios, não há uma árvore naquela zona. Não sei, se calhar levaram-nas para outro sítio, mas ali não ficaram.*

*Há também uma coisa que daquilo que ouvi me custa a compreender. A proteção civil já está delegada nas comunidades intermunicipais, mas continua a haver um plano distrital de proteção civil! Isto faz alguma confusão, porque dá impressão que as coisas não funcionam ou funcionam a velocidades diferentes que não deviam funcionar.*

*Relativamente à Atividade Municipal. Alguns apontamentos sobre o apoio ao associativismo, nomeadamente a verba dada para investimento às Associações, pois muitas vezes não tem capacidade por meios próprios de investir em instalações ou noutros bens que precisam para a sua atividade.*

*O apoio especial para a construção de equipamentos sociais, 2 milhões e meio de euros. Há quem diga que a Câmara não apoia a parte social. Está aqui um exemplo. Sim senhor, há apoio.*

*O Festival dos Canais. Mais uma vez o Festival foi um sucesso, está a cumprir o seu caminho e está já com os seus públicos próprios. Aliás é interessante que Aveiro é uma cidade onde as*

*peessoas não saíam muito à rua e que o Festival dos Canais, com o Prisma, vê-se imensa gente. Então com a Capital Portuguesa da Cultura teve muito espetáculos também ao ar livre. Vê-se que as pessoas vão aos espetáculos, gostam de espetáculos, saem de casa, isto é uma mudança daquilo que se via em Aveiro há uns anos atrás.*

*Por fim, e não tendo a ver com a Atividade Municipal, um voto de congratulação pelo início das aulas do curso de Medicina em Aveiro. Todos nós falámos aqui na necessidade do curso. O Curso finalmente começou. Longa vida ao curso de Medicina, que tenha sucesso, e que seja bom não só para a Região de Aveiro, mas para os médicos e para todo o país, porque, apesar de dizerem que não faltam médicos, todos nós continuamos a ouvir dizer que faltam médicos. Alguém um dia também há-de resolver essa equação, mas agora o momento é de congratulação com o início das aulas. Disse.”*

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

*“Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, caros deputados, senhoras e senhores, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo que nos acolheu hoje aqui.*

*Eu, já toda a gente falou de incêndios e também me parecia mal eu também não dizer alguma coisa. E então, estamos muito preocupados de facto com aquilo que aconteceu, foi dramático. Nunca tínhamos visto uma coisa assim, mas depois desta desgraça que nos aconteceu, provavelmente, teremos outra de desgraça quando começar a chover. Os resíduos deixados pelos incêndios, não só se infiltram nos próprios terrenos, como trazem consequências para rios e ribeiros, que os vão poluir, e que daí vai resultar realmente também prejuízos graves não só para os peixes, mas até para a própria flora que lá existe.*

*Posto isto, eu vou passar a falar da Atividade Municipal. Algumas coisas que achei curiosas e gostaria depois que o Senhor Presidente me pudesse elucidar. Uma é aquele protocolo de cooperação que assinala os 200 anos da Vista Alegre! É muito interessante, de facto, mas não sabemos exatamente como é que ele foi feito, nem como é. Pelo menos eu não tive acesso a esse protocolo para ver exatamente. Porquê? Porque aquilo que eu vejo aqui é que a câmara entregou uma comparticipação financeira a Vista Alegre no valor de 61.500 euros e ofereceu no âmbito da Capital da Cultura 2024 o concerto do Carlão que abriu as festas de Nossa Senhora da Penha de França, em Ílhavo!? Nem tenho nada contra o Carlão porque até gosto de o ouvir, mas achei assim um bocadinho curioso. Diria eu, que a Câmara estava benemérita neste dia ou então como diria um falecido colega meu diria que era um benéfico, mas vamos adiante.*

*Depois achei também curioso, quer dizer tudo bem, o Teatro Aveirense essas coisas todas, mas depois aqui a possibilidade de as pessoas poderem adquirir bens à Vista Alegre com descontos comerciais excecionais! Isto é para toda a gente ou é só para alguns, como é que é? Ah, não é. É só para a Câmara. Bem, fico elucidada sobre essa matéria.*

*Gostaria que o Senhor Presidente também me explicasse quais foram os critérios que presidiram à atribuição de financiamento às várias associações que aqui se encontram e que foram premiadas com estes valores.*

*Queria também, estamos muito contentes, concordo com o Festival dos Canais, é uma boa organização e realmente as pessoas aderem com muita facilidade e é bom para a cidade e é bom para as pessoas que aqui vivem. Mas temos aqui assim também uma nota sobre o turismo e os turistas que nos visitam. Gostaria de saber se é possível fazer um retrato tipo do turista que nos vem visitar? Porque de dia está imensa gente, mas à noite desaparecem as pessoas. Portanto não sei se é só de dia que nós conseguimos captar turistas, porque, de facto, a noite não se vê.*

*Queria também chamar a atenção para o seguinte. A Beira-Mar, que é um bairro que é publicitado para ser um bairro característico e que atrai as pessoas. Eu acho que, afinal de contas, não sei de quem é a culpa, provavelmente será da Câmara, peço imensa desculpa de estar a dizer isto, mas é que me parece que já aqui falei, como é que é possível que um bairro que tem determinadas características de construção, esteja a ser completamente descaracterizado.*

*Nós vemos agora, casa sim casa não, umas construções supermodernas, eu acho muito bem que as coisas sejam mudadas, mas aquelas características antigas são o que atrai os turistas e que eu vejo normalmente os turistas a tirarem fotografias às casas com Azulejo, às casas mais antigas e isso é que é a característica. A traça da Beira Mar está a ser completamente adulterada pela permissão da construção de casas que não respeitam estas características.*

*E devo dizer que no outro dia ali na minha, na rua onde eu moro na Beira mar, só de um lado (não tenho nada contra os alojamentos locais), mas é um verdadeiro exagero e foi só até uma parte pela rua eu contei 14 alojamentos locais. Agora do outro lado da rua, não tive vagar para estar a contar.*

*E posso também caracterizar aqui uma coisa que eu não sei se por acaso o Senhor Presidente da Câmara já viu. Na Rua do Vento, existe uma casa que em vez de ter azulejos ou ter as janelas abertas ou ter essas coisas naturais e normais na fachada das casas, a fachada da casa é alumínio em tudo semelhante aos frigoríficos que existem nos talhos ou noutros sítios! Está à vista de toda a gente. É uma coisa que eu já falei, acho que já falei disto aqui na Assembleia Municipal e acho que a Câmara devia providenciar para manter de facto as características do bairro da Beira-Mar para ele ser apelativo, para as pessoas continuar a ir lá vê-lo e não ser mais um bairro com características completamente diferentes. Se aquilo é um bairro turístico e característico deve manter as características e a câmara deve fiscalizar no sentido de a traça ser mantida. Disse.”*

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>031</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)<sup>032</sup>

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>033</sup>

*“Boa noite a todos. Começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa saudar todos os deputados. Saudar o Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa saudar todo o executivo e claro, saudar o meu colega Henrique Vieira, que nos recebe hoje em São Bernardo. Foi efetivamente uma semana muito difícil que todos vivemos quanto a isso, ninguém tem dúvidas. Foi provavelmente das semanas mais difíceis que Aveiro viveu nestes tempos, que a região viveu. Mais uma vez, o nosso povo mostrou uma capacidade inexcedível, o nosso povo, as nossas corporações de bombeiros, as nossas forças policiais e os nossos eleitos locais. O nosso Presidente da Câmara teve a capacidade acima da média que já tinha demonstrado em 2017 nos incêndios, portanto, perdoo-me o senhor deputado do Chega, não foi o discernimento, é já a grande capacidade do Presidente da Câmara que já conhecíamos neste tipo de situações e que até inclusivamente neste tipo de episódios, em 2017, já tínhamos visto.*

*Portanto, quando é necessário efetivamente Aveiro tem um líder e um líder a comandar os nossos destinos. Mas também uma palavra muito especial e justa aos meus 2 colegas presidentes de junta de Esgueira e de Cacia. Á Ângela e ao Nelson, duas freguesias muito afetadas e também ao meu colega Firmino que andou de apoio, mas em especial a Esgueira e a Cacia, porque de facto, também estiveram no terreno, também sofreram muito e, portanto, também lembrar aqui o trabalho de proximidade dos presidentes de junta e dos eleitos locais e que é muito importante, porque somos a base do trabalho de proximidade e ainda não vi*

*ninguém referir aqui os presidentes de junta e acho que é justo e importante fazê-lo também neste momento.*

*Depois e porque efetivamente, temos um Presidente Câmara que é perspicaz, nestes momentos muitos difíceis é importante termos ma coisa boa para falarmos. E o nosso Presidente de Câmara tanto é perspicaz, que nós fomos os primeiros termos habitação a custos controlados. Porque há mais de 10 anos que não havia um projeto de habitação a custos controlados. Quis o destino, esse projeto de habitação fosse, perdoem-me a expressão (e a doutora Ana Maria agora não vai gostar) estar nos arrabaldes da cidade. Mas de facto, Aradas, foi escolhida, não vamos discutir mais isso, mas de facto, quis o destino que fosse em Aradas. Foram inaugurados os primeiros 32 apartamentos de um complexo de 320 apartamentos que é muito importante.*

*Ao todo, a Câmara de Aveiro, no âmbito de uma política municipal de habitação vai conseguir temperar o mercado, digamos assim. E é muito importante e eu recordo a guerra acesa que foi na Assembleia Municipal, todos nos lembramos, quando foi a primeira aprovação em 2020/21. Lançamos a primeira pedra em Setembro de 2021 e em Setembro de 2024, inauguramos o primeiro lote, 32 apartamentos com muita alegria. Habitação com qualidade, com espaços verdes, com elevador, com áreas, os apartamentos têm áreas mais generosas que muita habitação, considerada cariz de luxo, com áreas generosas com espaços verdes, portanto, com espaços de lazer e, de facto, daqui a um ano estaremos a inaugurar mais 130 apartamentos. E para terminar, quando o homem sonhou, Deus quis, e a obra aconteceu. Portanto, foi sem dúvida isso que aconteceu e Aveiro teve o privilégio e, neste caso a freguesia de Aradas, de inaugurar os primeiros apartamentos a custos controlados que há mais de 10 anos que não havia um projeto.*

*Portanto, Presidente, na sua pessoa, congratular a sua perspicácia, de facto, por ter lançado mão quando ainda em 2018 a habitação ainda não era este flagelo, para agora estarmos a inaugurar e daqui a um ano estarmos a colocar mais 130 apartamentos.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>034</sup>

*“Neste ponto da Atividade Municipal, nos últimos 3 meses, como nos anteriores, são o tempo de muitas, variadas e fortes realizações. Podíamos falar dos últimos dias e da prestação do executivo, num período de calamidade. Do acordo da Câmara Municipal com a Vista Alegre aquando da celebração dos 200 anos daquela empresa, no ano de Aveiro Capital Portuguesa da Cultura. Podíamos falar do apoio da Câmara Municipal às associações, apoios à atividade e ao investimento. Podíamos falar do êxito do Festival dos Canais que é já uma referência nacional. Na Feira do Livro no nosso novo espaço do Rossio. Podíamos falar da obra de requalificação do Adro da Sé de Aveiro e do arquiteto Siza Vieira e que alguns trauliteiros já criticam. Podíamos falar das obras viárias, muitas obras em curso em todo o concelho. Também podíamos falar sobre o programa prescrições culturais, no âmbito de Aveiro Capital da Cultura, levou ao Hospital momentos culturais diferentes a uma comunidade diferente. Falar do número de turistas do primeiro semestre. Podíamos falar em outro ícone aveirense criado por este executivo o Festival das Dunas de São Jacinto.*

*Mas não. Não vamos falar destes assuntos que nos são queridos na bancada do PSD. Mas atendendo ao dia de hoje, vou deixar apenas algumas questões que gostava que o Senhor Presidente nos esclarecesse.*

*Primeiro Educação. Esta semana começou o ano letivo. Gostava de saber como correu o tal início, sendo que é mais um ano em que ao abrigo da delegação de competências na área da Educação, a Câmara Municipal tem mais responsabilidades.*

*Saude. gostávamos de saber como está a delegação de competências na área da saúde e que processos dessa delegação estão a avançar.*

*Habitação a custos controlados em Aradas. Como disse aqui a Presidente Catarina Barreto, foram entregues os primeiros 30 de mais 300 fogos habitacionais que seguem a sua normal edificação. Alguns problemas têm sido aflorados e penso que na reunião de câmara não ficou muito bem esclarecido. Estou-me a referir aos acessos. Os atuais acessos são diminutos e pouco qualificados para cerca de 1000 novos habitantes na área e um lar residencial por perto.*

*Gostava que esclarecesse esta bancada sobre a possibilidade de quem compra um apartamento ou uma loja o poder arrendar por quando quiser. E já surgiu nas rés-do-chão, uma loja recém-comprada, pronta a ser arrendada por 900 euros mês. Gostávamos de saber se isto decorre da legislação ou se foi alguma coisa que não foi bem feito.*

*A Câmara Municipal de Aveiro na pessoa do Senhor Presidente, transmitiu que o Executivo queria reativar o aeródromo civil de São Jacinto. Passado poucos dias, um assalariado do Partido Socialista, que só diz mal de Aveiro e do que cá se faz, veio contestar essa opção, pois o Porto Aveiro tinha um grande projeto para esse local e que essa pretensão da Câmara Municipal iria tornar impossível esse projeto na área da energia e assim impossibilitar um grande investimento em Aveiro com muitos postos de trabalho.*

*Por fim, não podia terminar sem felicitar o executivo e a empresa concessionária dos transportes marítimos de Aveiro pelo desempenho do Salicórnia na segunda-feira. Foram 12 horas de travessias contínuas, sempre lotado, para possibilitar a única ligação do Norte a Aveiro (devido ao corte de estradas nos incêndios) e vice-versa. Afinal, até aos maldizentes, o Salicórnia já convenceu.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[035](#)

*“Muito obrigado a todos. Nuno Teixeira as obras da rotunda da AIDA vão bem, correm bem. Tivemos um pequeno problema por causa da passagem hidráulica por baixo da linha do Vouga no processo de licenciamento, enfim, é sempre uma questão mais delicada em termos técnicos e em termos formais, mas está também resolvido e já está em curso. Portanto a obra prossegue bem o seu caminho e tem corrido muito bem. A obra agregada que lançamos recentemente é ao mesmo empreiteiro, embora ainda falta um conjunto de procedimentos, nomeadamente o Visto do Tribunal de Contas.*

*Obviamente que quanto mais intenso é o tráfego de uma qualquer via, mais ela perturba a vida, enfim, sempre lembro que a via que mais perturbou a vivência urbana que integra não foi a Lourenço Peixinho, foi de longe a Rua Mário Sacramento e está pronta. Houve um acidente com uma rede de águas esta semana, foi um acidente que está já devidamente explicado e tudo vai ser repostado na exata condição de qualidade em que estava, mas as coisas seguem bem.*

*A Rua Conselheiro Queiroz temos um acidente que é uma rutura do contrato com o nosso projetista que não cumpre. Não atende o telefone, não reúne, não nada. São daquelas coisas que nos acontecem. Vamos assumir o projeto porque está quase pronto e passar à fase seguinte que é lançar concurso para fazer a obra. Não é só esta, são um conjunto de obras como incidência forte na zona de Verdemilho, porque obviamente, não é só a Conselheiro Queiroz que está com péssima qualidade, são mais 3 ou 4 e é o conjunto daquela urbana que está integrado nesse projeto e que transita de projeto para a empreitada.*

*O ferry, em primeiro saudar o ferry. A malta, o ferry é uma coisa muito engraçada, quando pára um bocadinho é só burburinho, e ninguém saudou ferry por causa dos incêndios. E de facto o ferry é uma máquina nova, enfim, tem as suas questões, mas funciona muito bem.*

*E foi assim, foi assim, os carros de tanta gente que passou, ainda ontem me telefonava o Eng. Ângelo Correia a agradecer o Salicórnia, porque também foi facto uma estratégia idêntica que teve, enfim. Mas eu não quero só saudar a máquina. Tenho que saudar a Transdev os*

*parceiros operadores que lançaram uma atividade louca, com risco, mas que funcionou impecavelmente. E atenção, foi tal ordem que nalgumas das viagens nem sequer foi possível cobrar os bilhetes.*

*Quanto às máquinas de bilhética, estamos há alguns problemas de programação que estamos a pressionar a empresa para o resolver, porque há certo tipo de bilhetes que ela não emite e não faz sentido nenhum que assim seja.*

*Quanto a alguém que tem uma viatura que não cabe, que não leu bem as instruções e as informações que estão na plataforma, é uma situação que se lamenta, mas enfim, paciência. Evidente que sempre procuramos que a empresa nalgumas situações devolva o valor do bilhete. Enfim, mas quase toda a gente sabe que autocaravanas não podem andar. Nós não quisemos que andassem no ferry-boat, pronto. Alguém não sabia e comprou bilhete, chegou lá e não pode entrar, pronto, são coisas que acontecem. E seguramente não só a tirar bilhetes para o ferry. Quantas coisas nós compramos com expectativa X e depois quando vamos a consumir a nossa expectativa X fica longe de ser alcançada ou mesmo superada.*

*Quanto à questão das 24 horas que o Nuno falou é verdade, mas é também uma questão de programação. Nós temos aconselhado sempre os residentes para facilitarem a sua própria vida comprarem os 10 bilhetes do ferry. Comprarem o passe do ferry e facilitarem a sua própria vida. Quer dizer, os 10 bilhetes, tem um cartãozinho, chega ao ferry tem lá um leitor, é super-rápido e, portanto, deixem-se de coisas. Porque é que hão-de complicar a sua própria vida de estar a tirar um bilhete de 24 horas! Mas, em todo o caso, essa questão das 24 horas nós queremos resolver, mas não para os residentes. Para os residentes, não faz qualquer sentido que uma pessoa que é residente tire um bilhete de 24 horas! Não faz sentido nenhum. Andam poucas vezes e, portanto, tiram os 10 bilhetes ou então compra o passe. Não faz qualquer sentido comprar um bilhete por 24 horas.*

*O Gabriel está com pressa de ir para o ponto 3, mas já lá vamos. Por mim já despachava o ponto 3, mas enfim, não percebi bem a sua ansiedade. Vamos falar sobre o assunto, embora nós vamos convocar proximamente o Conselho Municipal de Segurança para que PSP, que está a desenvolver o projeto o apresente. Esta é uma matéria que exige recato, recato, e temos o processo em desenvolvimento com quem sabe mais destas matérias de segurança. No nosso caso é a Polícia de Segurança Pública. Falaremos disto no seu tempo com o recato que a matéria exige.*

*O Pedro Rodrigues falou da estória do aterro sanitário. Pedro é verdade que há situações que nós já podíamos ter visto. Mas são situações anormais que nos chama a atenção. O aterro está gerido por contrato por uma empresa altamente credível e competente, que é a ERSUC. Nós não temos sequer o direito de entrar para fiscalizar. A entidade fiscalizadora da atividade do aterro, como sabe está fechada a sua componente de recolha de resíduos há quase 20 anos, está apenas em produção de energia elétrica à custa do metano que é recolhido nas células que têm os resíduos em putrefação, mas não é a Câmara, a Câmara não é entidade fiscalizadora daquilo. Somos vizinhos e ainda por cima vizinhos de favor, porque o dono da instalação onde estão os nossos serviços urbanos, é exatamente aquela mesma empresa ERSUC. De facto, chamou-nos à atenção quando as telas começam a arder! As telas do aterro são plásticas, são vítimas das projeções, mas depois por força daquela quota muito alta, é entre aspas, a montanha mais alta do nosso município, com o vento ela própria provocava projeções. Aliás, a nossa corporação de bombeiros, o nosso principal Centro de Operações foi exatamente dentro do aterro, apagar os 3 focos de incêndio que saíram para a mata agregada do aterro.*

*Portanto, estamos a trabalhar já com a empresa. Já tivemos reuniões, estamos a lidar com a empresa para que o processo de selagem se concretize o mais rapidamente possível. E faz parte do processo de selagem o tapamento total com terra vegetal as telas plásticas e a cessação da produção de metano. Não é que seja um problema, que o não é, mas no início*

*quando a produção começou a ser feita, as condutas que recolhiam o metano eram em liga metálica, apenas temos ali uns cidadãos vizinhos que frequentemente roubam as condutas e, portanto, foi preciso retirar as condutas metálicas, retirar a vedação metálica, e transformá-la em PVC e em Madeira. Conclusão com um incêndio lá se foi o PVC e a madeira. Foi das coisas mais horríveis que eu vivi. Ainda por cima nesse dia, tive a infeliz ideia de não ter uma máscara e de andar sem máscara, foi andar a inalar aquele fumo horrível produzido pela queima das telas plásticas e do PVC das condutas de recolha do metano.*

*A Quinta da Pinheira, arrendamento a 900 euros. Eu não vou falar sobre isto. Já falei com a nova administração do IRHU. Já reuni com a senhora Secretária de Estado da Habitação, a Lei foi tão abandonada que hoje, a Lei que regula a revisão dos contratos, que alguém disse que eram coisas municipais, não é. A Lei é nacional, tem um conjunto de desadequações.*

*E, portanto, estamos a trabalhar para que, são várias questões, não é só esta questão, do condicionamento formal sólido (deixem-me usar assim a expressão) de valores de renda ou do valor de venda ao final dos 5 anos, como o João Moniz falou. Portanto há vários buracos na legislação e a Senhora Secretária de Estado com quem reuni, enfim, já está a trabalhar numa legislação atualizada. A habitação a custos controlados é um excelente mecanismo, mas de facto tem de ser atualizado. Até porque a engenharia de promoção imobiliária está mais complexa e viva do que nunca e a legislação, obviamente, está profundamente desadequada ao mundo novo em que vivemos.*

*Quanto à lota e às inundações. Dizer-vos o seguinte de forma sumária. Vamos falar sobre isto um dia destes, quando a Câmara apresentar o seu programa. O trabalho do professor Carmona Rodrigues está praticamente terminado. Estamos à espera do relatório final, houve uma paragem por problemas da vida do Professor Carmona Rodrigues, da sua empresa, etc, etc. Está terminado, mas estamos nas notas finais. Mas há uma vantagem no que aconteceu estes 3 dias. As marés, e se vocês consultarem a tabelas de marés, as marés destes 3 dias foram as marés recordes dos últimos 10 anos. Com 3,7 metros. Vocês consultem a tabela de marés do Porto de Aveiro. E o pico de maré, da praia-mar, na tarde, era mais alta do que da manhã. A verdade é que a maré mais alta das 3 foi a de ontem que atingiu 3,9 metros. Aquilo que nos preocupa com a lota, deixem-se disso, a questão não é a lota, a questão são as zonas baixas da cidade de Aveiro. Não tem nada a ver com a lota. A lota, com um enrocamento, como a elevação da quota do muro como fizemos no Cais do Sal, fica resolvido. Mas o problema não é esse. A Lota é o mais fácil de resolver. É preciso dinheiro. Mas o problema são as zonas baixas da cidade.*

*Nós tivemos azar e sorte. Azar, porque, enfim, uma maré tão alta, record, não é previsível. Sorte porquê? Calmaria na Ria. Não havia vento, as altas pressões não eram assim tão altas, não tivemos chuva. Vocês ao dia de ontem somem chuva, vento, agitação marítima e com jeitinho uma descarga à bruta da barragem de Ribeiradio/Ermida. Não tinha acontecido nenhum problema na lota, água entrava e saía. Obviamente que a lota que vamos fazer com mais ou menos construção, vai ter uma estrutura de enrocamento envolvente tão sólida como a do Cais do Sal. Vocês viram no Cais do Sal não havia uma gota de água, como é evidente. A questão não é essa. A questão é que ontem no muro da estrutura de suporte das comportas o nível da água ficou a 2 cm de galgar e na comporta propriamente dita, ficou a superá-la nalgumas zonas por 2 mm. Esta é que é a questão.*

*E, portanto, aquilo que estávamos a desenvolver para irmos fazer daqui a bocado, vamos fazer imediatamente. E quisemos ter uma bateria de gente, de técnicos, ontem no pico da maré, para tomarmos todas as cautelas, recolhermos toda a informação de quotas, onde é que o muro se enterrou, tudo e mais alguma coisa para passarmos à fase seguinte, que anunciaremos muito proximamente, mas tem a ver com o projeto e com a obra. Não exatamente por causa da lota ou dos terrenos da antiga lota, também por causa deles, mas fundamentalmente para proteger a zona baixa da cidade de Aveiro. Essa é a questão.*

*Sei que a lota é sempre uma coisa muito interessante para todos, mas não é o nosso problema, o nosso problema são as zonas baixas da cidade, arredondando a conversa, o bairro da Beira-Mar, obviamente porque tem cota altimétrica e é a zona mais baixa da nossa cidade.*

*Quanto à nossa aproximação ao Bloco de Esquerda, pois isso é obviamente de alguém que dormiu mal esta noite, como é evidente. E em relação à questão do Rossio há uma coisa que é muito engraçada, e as pessoas vão percebendo melhor as coisas. Não sei se viram, porque pouca gente viu, tivemos um pequeno problema na quarta-feira quando tivemos que cortar o trânsito entre a Ponte da eclusa e a Ponte de São João, se tudo aquilo acontecesse em pleno Rossio, nós tínhamos uma grande vantagem no Rossio, temos lá uma grande cisterna para recolher a água.*

*E, portanto, numa situação crítica em que tudo rebente. Nós temos ali um armazém que nunca queremos utilizar, obviamente, mas ele está lá, ele está lá.*

*Há aqui uma questão que é muito importante e para acalmar toda a gente. Um dos problemas do deslizamento de cinzas nas vertentes do rio Vouga tem a ver com a proteção da captação de carvoeiro, da nossa água que bebemos. Eu bebo água da torneira. E, portanto, está feito um trabalho com a Associação de Carvoeiro, com as Águas da Região de Aveiro com o ICNF e com a Agência Portuguesa do Ambiente, todas as medidas estão tomadas, para que não corramos qualquer risco por milimétrico que ele seja. Todo esse trabalho está a ser feito com toda a competência como não podia deixar de ser.*

*Em relação ao protocolo da Vista Alegre, Ana Maria em relação a tudo, quando vos falte a informação chega um SMS para mim, um email, uma coisa qualquer. Olhe, eu gostava de ler o protocolo com a Vista Alegre. É só dizerem para não faltar informação, porque obviamente aqui têm que estar os sumários. Se nós puséssemos os anexos todos na informação isto era uma coisa puramente intragável para vocês. Para mim custa nada é somar informação. Mas a lógica e facilitarmos a vossa vida não tem nada a ver com Carlão nenhum. Enfim, ele que perdoe, mas eu não sou exatamente um fan, mas não é essa a questão, era o que mais faltava que só cantasse do orçamento municipal quem o Presidente gosta. Ai 50% da cantoria era outra. A lógica, obviamente, não é essa. É porque é uma empresa importante, e mais do que isso, perceberão isto agora a partir do final do ano e durante o primeiro semestre de 2025.*

*A operação Vista Alegre 200 anos é uma operação à escala mundial. E nós não estamos só trabalhar o Aveiro Capital Portuguesa da Cultura 2024. Esse processo vai continuar. E um dos instrumentos de levar Aveiro e a Cultura de Aveiro ao mundo chama-se Vista Alegre. Não se chama Ronaldo, chama-se Vista Alegre. Um novo sócio é apenas mais um instrumento que a Vista Alegre não precisava, porque tem a notoriedade mundial notável, mas que lhe soma valor em termos de rede de informação.*

*Os critérios de atribuição das associações, senhora doutora, é só pedir o relatório. Sei que aquilo é cansativo, é um calhamaço. Mas ao dispor, seja das associações, seja do ponto 77. Eu não enfatizei tanto na minha referência, referi o ponto 6, mas, obviamente, depois perceberam, quando me referi PNA extraordinário para os equipamentos sociais, a importância do ponto do 77. Ao dispor para lerem o relatório dos critérios, tudo o que quiserem. E depois de ler se tiver alguma dúvida ao dispor.*

*Retrato turístico temos, mas só fotográfico. Não temos um retrato como aquele que Ana Maria suscitou. Quanto à descaracterização, enfim, há dias discuti com um arq.to jovem da nossa praça, ele comentava o quão horrível é a sede do Partido Socialista ao lado Museu Arte Nova e eu compreendendo que ele disse, eu disse, olha, eu até agradeço ao PS ter uma sede é tão horrível, porque valorizou a Casa Major Pessoa. E, portanto, as lógicas da arquitetura e da preservação, senhora doutora não são exatamente aquelas que referenciou. E chumbar um projeto por discordância de Arquitetura não é permitido por lei. O protecionismo da Arquitetura tem regras que existem, mas não quer dizer que tudo o que é*

*velhinho é bom e é para preservar. Às vezes não é assim tão bom. A bem da qualidade de vida de quem vai habitar, nomeadamente as moradias, a parte residencial, obviamente, queremos que as pessoas vivam em situações de qualidade, como não podia deixar ser. Mesmo as casas tipo frigorífico. Por acaso até vou ver quem é o arquiteto para saber se alguém assim com notoriedade ou não, eu acho que sei qual é, mas vou querer ter a certeza da casa tipo frigorífico. E quem sabe se não é mesmo um frigorífico gigante que alguém pôs ali para armazenar peixe a uma coisa qualquer que precise de frio.*

*A questão que o Casimiro falou voltando só um bocadinho em relação aos terrenos. O Governo do Partido Socialista teve uma proposta de lei, para que os terrenos não assumidos por privados, fossem assumidos pelo Estado. Conheço esse diploma, li uma das versões, não sei se era última, depois não houve coragem de levar aquilo em frente. Foi uma pena, porque esteve quase. E esse passo tem que ser dado. Isto não é uma questão ideológica, é uma questão de boa gestão do território. Mas há muito poder, muitas forças anti poder.*

*Manuel Prior, quanto à educação. O ano letivo está a correr bem. É mais um ano que vamos começar, mas bem. A Saúde vai dura, a saúde vai dura. tornei pública uma parte da conversa com a Senhora Ministra da Saúde, tomámos já um conjunto de medidas que entraram em vigor em relação à dotação de viaturas e a dotação de recursos humanos, que melhorou muito a capacidade prestar bons serviços, mas, obviamente, há muitas coisas para fazer, nomeadamente no que respeita ao défice de financiamento dessa componente.*

*Em relação ao aeródromo. Os assalariados não é um, são três. Fiquem tranquilos com isto. A proposta que apresentámos ao anterior Governo, formal, depois de tantas apresentações informais e tantos contatos informais, tem lá dito de forma liminarmente cristalina, que aquilo que queremos fazer, que é uma ocupação de uso não é uma construção de infraestrutura que é perfeitamente compatível com qualquer coisa diferente do que lá está, e que um dia seja daqui a um ano (que não é) daqui a cinco (que não pode) ou daqui a dez (que é possível) que o Estado queira fazer.*

*Não nos venham dizer é que uma Administração do Porto é mais competente do que uma Câmara Municipal para gerir uma zona industrial. E acabou conversa! Porque a nossa resposta é claramente, em Portugal uma Câmara Municipal seja ela qual for é muito mais competente do que uma Administração portuária, para gerir uma área industrial. Ponto final parágrafo.*

*E, portanto, é de forma civilizada, correta e compatível e isto está escrito. Obviamente, podeis consultar na versão formal, enfim, que apresentámos ao anterior Governo e que reapresentámos ao novo Governo, nem podia ser de outra maneira.*

*Quanto às descargas que o Pedro falou, nós conhecemos. São as descargas de emergência que nem sempre são acionadas de forma correta tecnicamente. E houve uma fase que tivemos alguns problemas na estação elevatória de Eixo e houve uma ocorrência recente na estação elevatória que está ali já na transição para Verdemilho, do lado Sul daquilo a que chamamos o Crasto. Senhor Presidente, julgo que não deixei nada para trás, se deixe sei peço desculpa, e aproveitarei outra oportunidade para tratar das respostas. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) [036](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação Escrita sobre a Atividade Municipal.

## **Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Pela Criação de Creches Municipais”.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>037</sup> ao deputado do BE para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal João Moniz (BE):<sup>038</sup>

*«Proposta de Recomendação  
Pela Criação de Creches Municipais.*

*Considerando que:*

*A Recomendação n.º 3/2011 do Conselho Nacional de Educação sobre “A educação dos 0 aos 3 anos” considera que a concretização do direito das crianças à creche é “um fator de igualdade de oportunidades, de inclusão e coesão social”. O mesmo documento sustenta que a responsabilização primeira pela educação dos 0 aos 3 anos pertence às famílias, não devendo a frequência da creche ser obrigatória, mas devendo “ser universal, de modo que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho”. E, no mesmo sentido, defende que “o Ministério da Educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da educação da faixa etária dos 0-3”.*

*De acordo com o Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento do Município de Aveiro 2022-2024 (dados de 2022), no concelho de Aveiro existem 25 creches privadas sem fins lucrativos e 4 privadas com fins lucrativos, respetivamente com capacidade para 1.391 e 118 crianças. No caso das creches sem fins lucrativos, a quase totalidade das vagas está ao abrigo de acordos estabelecidos com a Segurança Social.*

*No sector privado sem fins lucrativos (excluindo duas que não optaram por não disponibilizar dados), havia 486 crianças em lista de espera. O documento dava já conta de um aumento gradual da lista de espera (2015: 146; 2018: 268; 2020: 356 e 2022: 374). Acresce que, ao contrário da maior parte dos municípios em Portugal, Aveiro tem registado um crescimento na sua população residente (aumento de 3,19% entre 2011 e 2021). Aveiro é ainda um concelho que regista procura de lugares em creches por parte de residentes de municípios limítrofes, dado, nomeadamente, por ser um concelho de entrada pendular de trabalhadores que residem na sua envolvente.*

*A partir de 2022 entrou em funcionamento o programa “Creche Feliz” que garante a gratuitidade. Uma medida positiva dado que a universalidade do acesso à creche permite uma sociedade mais justa e inclusiva. E, como é dirigida a crianças até aos 3 anos, é um importantíssimo serviço para a sua sociabilização, aprendizagem. Esta é uma medida positiva a debelar insuficiências, carências e menores fatores de desenvolvimento que as crianças possam ter.*

*É essencial cumprir a Constituição no que se refere aos direitos constitucionais das crianças ao desenvolvimento integral (artigo 69.º) e à Educação (artigo 73.º). O acesso gratuito universal à creche é uma medida de toda importância para a efetividade destes direitos. As crianças, no caso em apreço até aos 3 anos, nunca devem ser castigadas ou discriminadas em função do seu contexto social ou dos seus progenitores.*

*Em consequência do programa “Creche Feliz”, aumentou naturalmente a procura de vagas em creches. O que torna mais premente ao aumento de capacidade de resposta. Como medida de aumento do número de vagas, o programa “Creche Feliz” foi alargado também ao setor privado, de forma subsidiária. Igualmente para aumentar o número de vagas foram alterados os critérios referentes à organização e reconversão das salas.*

*Em dezembro de 2023 houve uma alteração importante ao programa “Creche Feliz”, estendendo-o às autarquias locais e de outras instituições públicas.*

*Em suma, no país, e como podemos observar pelos dados de Aveiro, as respostas sociais para a infância são protagonizadas pelo setor social, financiado por acordos de cooperação com a Segurança Social. As creches não estão inseridas no sistema de ensino e existe uma grave falta de vagas em creches.*

*Note-se, aliás, que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aponta precisamente para a necessidade de se investir no alargamento do número de lugares em creches. Precisamente devido à sua reduzida taxa de cobertura. Houve já autarquias que concorram às verbas do PRR para a criação e/ou construção de creches municipais, assim como outras que as criaram fora desse programa.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de setembro de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:*

*1. Iniciar esforços para a criação de creches municipais em Aveiro.»*

#### Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP)<sup>040</sup>

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>041</sup>

*“Esta recomendação tem uma carga ideológica visível e nós temos orientações do partido para quando olhamos para as propostas, tentarmos nos abstrair do partido que propõe. A proposta parece-nos razoável. Nós já temos aqui votado algumas vezes, raramente, mas algumas, de facto, já aconteceu algumas vezes votarmos ao lado do Bloco de Esquerda. Eu sei que isso causa admiração, mas são orientações que nós temos para nos tentarmos abstrair. Portanto, aqui eu vou aguardar por ouvir as opiniões dos outros partidos, mas tendencialmente estamos a favor da proposta. Tenho dito.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>042</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. O PAN tem defendido um sistema de educação para a infância que garante a inclusão de crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo. Propôs mesmo um apoio extraordinário destinado às crianças que não tenham sido abrangidas pelo programa gratuito no setor social ou nas creches licenciadas na rede privada. O Programa Creche Feliz, garante o acesso gratuito a milhares de crianças e tem sido, por isso, uma medida importante no combate à pobreza, promovendo uma igualdade de oportunidades.*

*Tendo também em conta que localmente a procura de lugares nas creches supera oferta, iremos votar favoravelmente. Obrigado.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*“Bom, estamos aqui uma vez mais com uma destas propostas que o Bloco de Esquerda nos faz chegar, cheias de coisa nenhuma. Não dizem quantas creches são precisas, quantas crianças têm necessidade, onde é que está pessoal necessário para pôr as creches a funcionar. O que é que se vai retirar do orçamento da câmara para construir creches. Não diz nada. Isto deve ser alguém Lisboa faz uma proposta e depois cada concelhia mudou o nome do concelho e vai para a assembleia, ocupamos tempo de antenas e estamos aqui distraídos mais alguns minutos. Nós não percebemos qual é a cidade das creches públicas.*

*Aveiro não tem nenhuma. Temos défice até de lugares nas creches, se calhar incentivando entidades privadas, somos capazes de conseguir ter mais creches.*

*Depois não se as pessoas que têm capacidade e competência para trabalhar nas creches estarão disponíveis para trabalhar no setor público, quando se calhar no setor privado os ordenados que podem oferecer são diferentes para melhor. E, portanto, não vemos no*

*objetivo desta proposta a não ser a parte demagógica do Bloco de Esquerda e, por isso, somos contra.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>044</sup>

*“Brevemente. Independentemente da bondade da proposta eu acho que até se percebe pela intervenção do próprio chega, o que resulta claro é o seguinte: aqui há uma carência e acho que a Câmara deve, já registou com certeza e, portanto, já agora aproveitava, não sei se o Senhor Presidente vai intervir no ponto ou não, mas para dizer que tem feito alguma coisa em relação a essa matéria. O que nós pensamos em relação a este tema é que, do meu ponto de vista, havendo o programa creche feliz, que foi uma medida do Governo do Partido Socialista, não faz sentido que a autarquia gasta recursos próprios, que pode canalizar noutras coisas para os munícipes aveirenses, para estar a gastar numa creche municipal cujo valor é assegurado pelo Estado Central. E, portanto, estar a gastar dinheiro municipal, num equipamento que não necessito, para garantir um direito para os meus munícipes. E, portanto, do meu ponto de vista isto não faz sentido nenhum do ponto de vista económico esta matéria. Quer dizer, do ponto de vista do Estado sim e do cidadão sim. Mas na minha lógica economicista da coisa, podendo ser tudo do Estado, se eu puder que seja Lisboa a gastar dinheiro em vez de ser Aveiro, então Lisboa gaste.*

*Coisa diferente é dizer à Câmara, porque vocês depois dizem no final da proposta, vocês dizem incentivar esforços, envidar esforços, recomendar à autarquia que inicie esforços para proceder à criação de creches municipais. Nem sequer percebi, mas enfim depois dirão. Se for que inicie esforços para a criação de creches no município, pois assim, se calhar já estou de acordo. É o que eu acho. A Câmara devia estar a fazer, se é que não está. Por exemplo, uma das medidas que podia estar na recomendação era recomendar à Câmara Municipal que procure beneficiar empresas sediadas no concelho que queiram construir creches dentro da sua própria estrutura. Isso sim, dentro da sua própria estrutura para os trabalhadores. Que estariam também na rede criada pelo Estado e as pessoas tinham gratuidade e, portanto, quer dizer há aqui uma série de coisas que se pode dizer à Câmara para fazer. Nesta se eu se fosse Presidente da Câmara não fazia.*

*E portanto, nesse sentido, só não voto contra, porque não me apetece votar contra a questão dos pressupostos em relação à objetividade que toda a gente concorda com a necessidade e sobretudo com o Programa Creche Feliz. Com isso todos concordam, pronto. E foi uma coisa que mudou a face sobretudo numa altura que foi uma questão de uma resposta social que fez todo o sentido.*

*Agora, em concreto, fazer com que a autarquia crie uma creche municipal, construir um edifício, recrutar pessoas, etc, quando o Estado, ele próprio, já faz essa iniciativa. E atenção que o Programa Creche Feliz nem sequer faz a limitação com base no rendimento. Faz através de uma lista de inscrições e só se não houver lugares é que faz a limitação pelo rendimento. Mas se houver lugares entra toda a gente. O que eu acho que é bem feito. Ó Nuno então é iniciativa do PCP! O PCP propôs a medida, mas depois a implementação é do Partido Socialista. Isso é mesmo só para dizer qualquer coisinha contra. Houve várias propostas na Assembleia da República e todas elas após aprovadas geram uma lei no final. Foi assim ou não foi? O PCP poderia ter isto no seu ideário, mas foi um governo de maioria socialista na altura que implementou, obviamente fundamentado nas várias propostas de lei que foram apresentadas. Portanto é uma lei da nação não me interessa nada quem é o pai da criança. Interessa-me é que as crianças possam efetivamente possa ter cuidados do zero até aos três anos, gratuitos, coisa que não tinham até à data de então.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>045</sup>

*“Nesta proposta do Bloco de Esquerda pela criação de creches municipais e sabendo nós que no concelho de Aveiro, todas as creches, todas as creches, são de IPSS, e que esse modelo tem servido bem os aveirenses e tem cumprido a sua missão. Entendemos é que existir por parte da Câmara Municipal, mais ligações, articulação, estudos com as IPSS, para que estas através do tal financiamento das Creche Feliz, possam oferecer mais capacidade de acolher mais miúdos, mais crianças. Este tema tem funcionado bem nas IPSS, tem sido a opção de Aveiro, que se mantenha. Porque não acreditamos que criar Creches municipais traga nada de melhor que aquilo que as IPSS estão a fazer. Naturalmente, iremos votar contra.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>046</sup>

*“Muito obrigado. De forma muito sumária, só deixar três notas, com uma questão prévia. A primeira é, enfim, subscrever aquilo que alguns já disseram. Nós estamos bem com o modelo que temos de termos as nossas creches geridas por IPSS. Estamos bem, gostamos do modelo. Ponto 2, nós estamos a elaborar a carta social municipal, enfim, ainda não estamos exatamente na reta final, mas já estamos para lá do meio do caminho. Tivemos agora um acidente, a empresa prestadora de serviços faliu, entrou em insolvência, mas já arranámos uma solução para passar o contrato para uma outra empresa para onde foi a equipa técnica que estava a elaborar o trabalho de forma sem termos grande acidente, apenas aqui uma ligeira perda de tempo formal acabar a carta social municipal.*

*Carta social, que depois no seu caminho, depois de surgida a decisão das creches gratuitas, o que obviamente abriu, enfim, a procura. Naturalmente abriu a procura pelas famílias, dessa valência, tem que olhar, digamos assim, com mais atenção, com o foco mais cuidado, para essa realidade.*

*E, portanto, isso foi colocado no trabalho da equipa, portanto da empresa que trabalha com a nossa equipa técnica da ação social. Questão um. Questão dois, nós por força, em primeiro lugar da situação demográfica em que o município está envolvido, radicalmente diferente daquela que tínhamos quando iniciámos elaboração da carta educativa, somando a outros aspetos de que um deles é exatamente este das creches, entendemos iniciar um processo de reflexão interna sobre as linhas gerais da revisão da Carta Educativa.*

*E, portanto, é um tempo difícil, obviamente entendemos que não devemos fechar a Carta Educativa, isso deve caber a próxima Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Mas não podemos fazer de conta que não está a acontecer o que está a acontecer.*

*E, portanto, já abrimos essa reflexão dentro da Câmara Municipal, estando muito também motivada por estas duas realidades, envolvendo a carta social municipal e por estas condições que acabei de referenciar, de que a questão das Creches é uma delas.*

*Terceiro, falta saber aquilo que tínhamos perguntado aos governos do Primeiro-ministro António Costa, falta saber do atual Governo do Primeiro-ministro Luís Montenegro, qual é a política do Governo no que respeita a financiamento.*

*Neste momento há um processo aberto em sede de PRR, mas qual é a lógica pós PRR. Qual é a lógica no Portugal 20/30. Vai haver lógicas do Orçamento do Estado? Para que nós possamos, olhando para tudo isso, decidirmos também por força da sustentabilidade financeira, se devemos seguir um caminho de creches privadas, privadas na gestão, porque elas são todas de uso público 100% ou se devemos ponderar misturar, algo que seja de creches de gestão pública.*

*Lembrar que no pré-escolar a nossa oferta é mais ou menos meio/meio. Metade gestão pública direta e metade gestão privada por IPSS. E, portanto, esta forma muito, muito séria, muito realista, sem ter cá preconceitos de natureza ideológica, nem com indicações prévias.*

*Dizer que a Câmara que faça Creches. Não estamos para aí virados. Estamos virados para o que está a acontecer, verificar com o Governo atual, é o Governo do país, qual é a sua política, nomeadamente de apoio ao investimento do crescimento da rede. Não há dúvida nenhuma que a rede tem que crescer quantitativamente, não há volta a dar. E, obviamente, verificarmos essa avaliação global com os nossos parceiros, seja da área da educação, seja da área da ação social, qual será o melhor caminho que devemos seguir. Sabendo, repito, e para terminar, que estamos muito bem com o caminho que temos tido com essa oferta exclusiva entregue às nossas instituições particulares de solidariedade social. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[048](#)

*“Muito obrigado, Senhor Presidente. Das intervenções ficou claro que existe um reconhecimento unânime de que existe um problema de resposta nesta matéria. Porque o diagnóstico, o próprio diagnóstico que a Câmara faz, aponta essa falta de capacidade. Aponta que os tempos de espera tem vindo a crescer ano após ano. E relembro que este diagnóstico foi feito antes da execução do Programa Creches Felizes. E o programa Creche Feliz, o que faz por causa da gratuitidade, pela sua natureza, foi aumentar ainda mais procura e a pressão sobre esta capacidade que escasseia. E, portanto, existe aqui uma escolha política que tem que ser feita. É se queremos ou não aumentar esta capacidade. O que a proposta propõe, não é acabar com a resposta das IPSS. É aumentar a resposta, mas garantindo que ela é pública. Porque na nossa conceção, se estamos a falar de um serviço público, como é a educação curricular, como é a educação académica e, neste caso, como é a educação pré-escolar, que nossa conceção é de um serviço público, e o principal promotor desse serviço público deve ser o estado. Como acontece com o restante sistema educativo. Porque é essa resposta que garante a qualidade, que garante a igualdade e a uniformidade em termos de padrões de qualidade, padrões educativos, etc etc em todo o território. Essa resposta pode ser dada pelo estado Central, tem que ser dada pelo Estado Central, mas também tendo em conta que existe um princípio que é amplamente reconhecido por praticamente todas as bancadas aqui representadas que é subsidiariedade, as autarquias têm também um papel muitíssimo importante na provisão desta resposta. E, portanto, como ficou amplamente aqui reconhecido, existe um problema e agora é altura de o resolver e, na nossa perspetiva, a Câmara Municipal de Aveiro tem um papel determinante e pode ter um papel determinante, e deve ter um papel determinante em providenciar essa resposta.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação**[049](#) **Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Pela Criação de Creches Municipais”, sendo a proposta rejeitada, com vinte e quatro votos contra (PSD19+CDS5), sete abstenções (PS6+PCP1) e cinco votos a favor (CH1+PAN2+BE2).**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Implementação de Videovigilância nas Áreas Centrais de Aveiro”.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra[050](#) ao deputado do CHEGA para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Gabriel Bernardo (CH):[051](#)

### *«Proposta de Recomendação*

#### *Implementação de Videovigilância nas Áreas Centrais de Aveiro.*

*Considerando que:*

*Portugal tem enfrentado uma onda de criminalidade cada vez mais intensa e preocupante. Nos últimos anos, o país tem sido diariamente confrontado com notícias alarmantes de assaltos, homicídios e violência generalizada nas ruas das principais cidades.*

*A segurança pública é por isso uma preocupação crescente em muitas cidades portuguesas, e apesar de em Aveiro o problema da criminalidade ainda não ser muito preocupante, é importante que o município tome desde já medidas preventivas e dissuasoras da criminalidade porque mais vale prevenir agora do que remediar mais tarde.*

*A implementação de um sistema de videovigilância, tem demonstrado ser uma ferramenta eficaz na prevenção e combate à criminalidade em várias cidades, promovendo um ambiente mais seguro e permitindo que os cidadãos se sintam mais protegidos.*

*A instalação de um sistema de videovigilância deve envolver as seguintes etapas:*

- a) Identificação das Áreas Críticas: Mapeamento das áreas centrais da cidade com maior incidência de episódios de criminalidade, como furtos, vandalismo e outros comportamentos delinquentes. Essas áreas incluem zonas comerciais, turísticas e de lazer com grande afluência;*
- b) Infraestrutura e Implementação: Instalação de câmaras de videovigilância em pontos estratégicos, com cobertura das principais vias e locais de grande afluência. As câmaras deverão estar conectadas a uma central de monitorização operada pelas forças de segurança;*
- c) Conformidade Legal e Privacidade: Garantir que o sistema de videovigilância cumpre todas as normas legais em vigor, incluindo as relativas à proteção de dados e à privacidade dos cidadãos.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida na Sessão Ordinária de setembro de 2024, recomenda à CMA que delibere no sentido de:*

*1 - Implementar um sistema de videovigilância nas áreas centrais da cidade, com o objetivo de prevenir a criminalidade e aumentar a segurança na via pública.»*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>053</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. No nosso entender os sistemas de videovigilância são úteis quando utilizados em zonas específicas como fator de dissuasão à prática de crimes na proximidade estabelecimentos comerciais, por exemplo. Contudo, não concordamos que se recorra ao seu uso indiscriminado, pois é fundamental acautelar a proteção de dados e ainda segurança e o destino das imagens guardadas.*

*Por outro lado, consideramos que se deve privilegiar o policiamento de proximidade em particular nas zonas mais críticas, pois o policiamento de proximidade permite uma resposta humanizada. Neste sentido, é importante que ocorra a nível nacional a melhoria das condições profissionais dos polícias.*

*Por esses motivos, tendo em conta a realidade local, iremos votar contra esta recomendação.”*

Vogal Rui Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>054</sup>

*“Boa noite Senhor Presidente. Nós iremos votar contra, porque embora e como foi dito há um estudo a ser feito. Há certos dados, que convém lembrar, embora haja um estudo a ser*

*feito, e a palavra dos especialistas há-de ser sempre mais válida do que qualquer opinião nossa. Porque os especialistas são especialistas por alguma razão.*

*Mas há alguns fatores que eu gostava de lembrar. Portugal é o sétimo país mais seguro do mundo e o quarto mais seguro da Europa. É uma verdade que a criminalidade em Portugal está a subir, mas será necessário criar um alarmismo de sistemas de segurança! Porque sistemas de segurança, e falando da realidade do aveirense, muito sucintamente, não querendo maçar com muitos números. O roubo por esticção em Aveiro (isto são dados do INE) o roubo por esticção em Aveiro cresceu 0,2%; furto de veículos 2,8; crimes contra a integridade física 5,4%. Aveiro e Portugal, mas estamos aqui a falar de Aveiro, é procurada pelos nossos turistas e pelos emigrantes e eu falo com muitos, quer por motivos profissionais quer em lazer, e todos me dizem, sem exceção, que procuram Portugal pela sua segurança, não é pela sua insegurança. Portugal tem o boom turístico que tem nos últimos anos, por ser um país seguro. Como referi, no caso europeu é o quarto mais seguro da Europa.*

*Estas câmaras de videovigilância iriam trazer também, no nosso entender, muito problema legal e logístico. Porque meter uma câmara de videovigilância, implica proteção de dados, alguns problemas, estou-me a lembrar assim à cabeça muito rapidamente da proteção de dados. O ter uma câmara sempre atrás de mim, sempre a vigiar-me, se alguma vez for feita uma filmagem minha, eu posso agir, porque eu não autorizei aquela gravação. Ou seja, não é, e peço desculpa pela expressão, não é às 3 pancadas que se metem câmaras de videovigilância.*

*Depois é preciso ter também pessoas a monitorizar as próprias câmaras de vigilância. Não é só meter a câmara e está feito.*

*Nós no Bloco de Esquerda, defendemos mais policiamento de proximidade. Acho que é um método muito mais dissuasor da criminalidade, haver policiamento de proximidade, saber que a qualquer momento passa um carro da polícia, um polícia a pé ou algo do género, do que ter uma câmara. Até porque há muitos e muitos métodos de fugir a essa Câmara de autovigilância.*

*Também acreditamos e face aos números que eu disse que são muito reduzidos, que eu acho que é um cavalgar de insegurança por parte do Chega. Porque quando a realidade nos diz que Portugal não é um país inseguro e quando o nosso discurso político é todo baseado na insegurança e no boom de imigração que nós temos, nós queremos causar a falsa sensação de que temos um país inseguro. E se nós passarmos a falsa sensação de que é um país inseguro, aliado a boom de imigração, é muito fácil erroneamente fazer uma causa/efeito e essa é uma das razões que nós vamos votar contra. Disse.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>055</sup>

*“Recomendar à Câmara aquilo que a Câmara já está a fazer é redundante. Parece-nos que não faz sentido esta proposta, até porque o Chega teve conhecimento das declarações do Senhor Presidente da Câmara do que está a ser feito.*

*Quanto à questão que já aqui foi abordada pelos Partidos da questão da privacidade e da proteção de dados, eu julgo que as pessoas que falaram nisso não vão aos shoppings, não vão a hipermercados. Todos os dias nos cruzamos com mil e uma pessoas que gravam, fazem vídeos, das pessoas que por lá passam e não sabemos que destino lhes dão.*

*Obviamente que isto tem de haver controlo, tem de haver regras. É a PSP a entidade que a haver videovigilância terá de fazer cumprir com essas regras. A Câmara, juntamente com a PSP, terá de avaliar se há zonas onde vídeo vigilância terá que ser implementada, quando, a forma, e quem irá fiscalizar. Portanto, vamos esperar pelo resultado desse estudo que está a ser feito e depois quando esse estudo for apresentado, cá estaremos para decidir relativamente a isso.”*

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>056</sup>

*“Esta proposta que o Chega apresenta, vem no seguimento da sua luta ideológica, por causa de criminalizar determinados atos ou então alterar as penas dos mesmos. Até porque, como devem calcular, é uma matéria que me diz respeito e, portanto, e para que sou especialmente sensível. E tendo ouvido já defender, inclusivamente a prisão perpétua, é uma coisa que me incomoda e me rala muito, porque fomos dos primeiros países a acabar com determinado tipo penas e não é agora que nós vamos regredir. Não é matando as pessoas que a criminalidade baixa. Estarmos fazermos outras coisas, termos outro tipo de penas, porque uma pena não é só para condenar. Uma pena também é para ressarcir, é para reinserir e ser reeducado para poder viver em sociedade. Essas são as finalidades da pena. Temos que reinserir na sociedade as pessoas que são penalizadas.*

*Sobre aquilo que diz respeito à videovigilância. Eu penso que Aveiro não é uma cidade com um nível elevado de criminalidade. E não podemos estar a pensar que, de um momento para o outro, por qualquer motivo, que vai haver aqui um aumento enorme de criminalidade e que vai obrigar a termos um sistema de segurança, que é aquilo que se está aqui a propor. Não acredito nisso.*

*Está a ser feito um levantamento como o Senhor Presidente já disse e creio que não estamos necessitados. Nalgum sítio poderá ser, evidentemente, poderá ter que ser feito aí, como disse o deputado Jorge Greno, quando nós vamos alguns sítios já existem essas câmaras, nomeadamente, por exemplo, nos parques de estacionamento. Nas ruas acho um bocado difícil e, aliás, temos um exemplo de como as coisas muitas vezes não funcionam. Exemplo a fuga de Vale de Judeus. Tinham as câmaras, estava lá um senhor a vê-las, mas não os viu. Desapareceram. Creio que esta proposta visa sobretudo, ser um cavalo de batalha que o Chega tem desde que foi para a Assembleia da República e que se constituiu um partido. É falar do crime, atemorizar as pessoas, o aumento de criminalidade, é tudo gente má, são poucas as pessoas boas, nós é que vamos pôr isto tudo a funcionar. Não é verdade, senhor deputado. A minha atividade profissional diz-me que não é verdade.*

*E dentro destas circunstâncias, não pondo de lado, até porque parece-me que o Senhor Presidente está atento a isso, não acho que seja necessário nesta altura, em Aveiro, termos videovigilância. Os crimes não se fazem, a maior parte das vezes perante câmaras. Os crimes fazem-se até na própria casa das pessoas. Nós não podemos por uma câmara de vigilância que cada casa. Não podemos pôr uma câmara de vigilância em casa do marido ou de uma mulher que se batem. Não podemos por uma câmara de vigilância porque 2 jovens se desentenderam e andaram à pancada e deram umas chapadas um ao outro. Não falo das coisas mais graves, nunca, isso acontece. A videovigilância deve ser uma medida tomada com segurança e devidamente acautelados todos os interesses de toda a gente, seja das pessoas que não têm problemas, seja daqueles que os têm. E pensar sempre que qualquer medida para combater a criminalidade, não passa por penas como aquelas que os senhores costumam sugerir. Estão fora realmente da realidade das coisas, estão fora dos tempos, estão fora daquilo que é normal pensar-se dum país que nós consideramos avançado apesar de sermos pequenos. O Partido Socialista irá votar contra esta proposta.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>057</sup>

*“A implementação de videovigilância nas áreas centrais de Aveiro. Primeiro achamos que é um alarme, que é um alarmismo, porque Aveiro, como disse a doutora Seíça Neves é uma cidade segura, é uma cidade aprazível. As pessoas gostam de viver cá. Gostam de estar cá, gostam de passear em Aveiro.*

*Mas analisando melhor esta proposta “nas áreas centrais de Aveiro”! Gostava de saber se o Chega tem algum estudo do que aqui está a propor nas áreas centrais de Aveiro. Mas é São Bernardo, Oliveirinha, é a Praça do Peixe, onde é que se colocavam agora as câmaras. É no Fórum, no Bairro de Santiago, no Griné. Tem algum estudo que justifique esta proposta? Portanto, vamos votar contra, naturalmente, mas porque não há nenhum estudo, não há nada que diga que Aveiro é uma cidade insegura, muito menos nessa tal zona central, que ninguém sabe onde é que existe. Não há. A proposta não nos diz nada, rigorosamente nada sobre isso. e segundo, sabendo nós todos, por palavras do Senhor Presidente da Câmara, que este assunto de videovigilância está a ser tratado pelo executivo com quem de direito, as autoridades policiais, nesta bancada só podemos votar contra. Isto é uma não existência de uma moção.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>058</sup>

*“Senhor Presidente de forma muito breve. Eu já anunciei publicamente, aliás o Senhor Comandante da PSP também, que a PSP está a fazer este trabalho. A matéria da segurança incumbe às autoridades.*

*Eu sei que há Câmaras que fazem isto e nós respeitamos sempre o valor e o princípio legal da autonomia municipal, mas nós também temos a nossa. E nós não concordamos.*

*Quem tem que tratar dessas matérias é a Polícia de Segurança Pública na sua área de jurisdição, a GNR na sua área de jurisdição.*

*Foi feita essa diligência pelo Senhor Comandante, teve o nosso apoio e concordância, para o desenvolvimento do estudo e do projeto. E à medida que o processo for tendo maturidade, vamos falando até chegar ao momento final de tomar decisões. Portanto de uma forma muito séria, muito recatada.*

*Este processo está com a liderança de quem o tem que liderar, porque o mais fácil nisto, é pôr câmaras de videovigilância. E agora por causa do que aconteceu, da miséria que aconteceu na prisão de Vale de Judeus, é mais fácil perceber isto. É preciso gerir as câmaras de videovigilância. E quem gere as câmaras de videovigilância, não é outra câmara de videovigilância. São seres humanos e é preciso ter esses recursos. E ou se adicionam ou se retiram da rua. Eu vou continuar a defender que o sítio onde a polícia deve estar é na rua e não à frente de um ecrã que dá imagens de videovigilância.*

*Portanto é esta a nossa filosofia de base. A PSP sabe que tem o nosso total apoio de acompanhamento. Se no fim do processo entendermos sim, vamos fazer uma operação desta natureza, e colocar no sítio A,B,C,D, o mecanismo de é isto e custa X. Nisso a Câmara será parceira. Mas não tiramos conclusões antes do tempo, nem assumimos nós a liderança de processos de que não são a nossa responsabilidade. Somos parceiros do estudo, no projeto, e obviamente que seremos determinantes para a decisão. Porque há uma coisa de que a PSP não tem. Não tem recursos financeiros para pagar e aí a Câmara será sempre um parceiro fundamental. Mas muito antes da questão financeira de quanto custa é saber da utilidade de um conjunto de fatores. Eu não quero que a cidade de Aveiro seja um big-brother. Eu não quero que as pessoas tenham limitações à sua liberdade e eu não quero que a notícia seja de uma cidade que teve que pôr câmaras de videovigilância porque não é segura.*

*Estas matérias têm que ser cuidadas, tem que ser tratadas com cuidado. É isso que estamos a fazer e também com recato, porque o perigo da má notícia é mesmo alto. E é alto não só no peso económico da perda de fluxos turísticos, é alto também na indução da atividade criminal. E, portanto, é neste quadro que nós estamos a trabalhar e que vamos continuar a trabalhar nesta parceria de que quem tem esse instrumento não é GNR, porque aquilo que se entendeu e que, enfim, os problemas que temos, as questões que temos estão concentradas nas zonas mais centrais que não no centrinho ali à volta das pontes. Não, nós já sabemos, já*

*temos informação sobre partes do estudo, mas, enfim, deixa o processo seguir como está a seguir bem e, obviamente, à medida que chegar o nível de maturidade que estamos à espera, enfim, também partilharemos primeiro em sede de Conselho Municipal de Segurança, mas deixemos as coisas seguir o seu caminho correto.*

*Somos uma cidade globalmente segura, com alguns problemas que, obviamente sabemos, conhecemos, não há segredo nenhum e queremos continuar a cuidar bem desta dimensão e queremos continuar a ajudar a PSP e a GNR a terem efetivos na rua, que é o sítio onde o policiamento tem o efeito que nós mais queremos, que é o efeito dissuasor do comportamento criminal, seja ele de grande monta ou de pequena incidência. Muito obrigado.*

#### Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>059</sup>

*“Eu registo com algum, apesar de, já sabia que a proposta ia ser chumbada por unanimidade, exceto a minha, não, ia ser chumbada por todos os partidos, certamente. Mas, apesar de tudo, foi com algum agrado que vi que até não foi muito atacada.*

*Curiosamente, o partido do PSD foi quem mais atacou. Não, o Senhor Presidente, que até acabou por ter uma intervenção que me pareceu bastante razoável, mas ali o senhor Manuel Prior causou-me alguma surpresa a reação e também da senhora do Partido Socialista.*

*Eu queria aqui fazer uma pequena alusão, todos nós temos um passado e somos influenciados pelo nosso passado. Isto, a Senhora deputada do PS fala que nós temos esta bandeira da segurança e que estamos desfocados da realidade.*

*Eu vivi sete anos em Inglaterra, minha senhora. Foi essa minha experiência de Inglaterra que me fez perceber a importância que é nós defendermos o nosso país. E é quando se está fora que nós percebemos o país maravilhoso que ainda temos, ainda vamos tendo. E se há muita gente a vir para Portugal, olhe que há muita gente que vem para Portugal, porque estão a fugir do país deles, porque realmente em Portugal ainda é seguro viver. Mas no deles deixou de o ser. E, portanto, nós devemos lutar para preservar isto.*

*Há cidades, Porto, a senhora disse que os crimes não são cometidos à luz da câmara! São, são. No Porto temos cerca de 500 crimes que foram cometidos, foram gravados neste último ano. Portanto, isso são dados que estão disponíveis on-line essas informações.*

*Repare e depois outra questão. Nós não queremos, idealmente não devia ser preciso videovigilância. Nós não queremos. Ninguém que gosta de ter big-brother, nós não queremos isso. São as políticas desastrosas de imigração do seu Governo Socialista que estão a contribuir em parte para o clima de insegurança que está a aumentar.*

*É verdade. Foi as políticas desastrosas de imigração do Governo Socialista que contribuíram para o aumento da insegurança que está a aumentar em Portugal. Nós, portugueses, ainda estamos a tempo de aprender com os erros dos outros. Mas parece que há gente que teima em não querer aprender com os erros dos outros, os erros de outros países que têm muito mais insegurança do que nós. A França, Inglaterra, a Bélgica. Nós temos de aprender com os erros dos outros e tentar evitar cometer esses erros. E, portanto, a nossa proposta é seguida em várias cidades portuguesas e está a dar resultado. Em Aveiro, não é, felizmente, felizmente a insegurança ainda não é razão para alarme, mas isto seria uma medida preventiva. Tenho dito. Obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>060</sup> Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Implementação de Videovigilância nas Áreas Centrais de Aveiro”, sendo a proposta rejeitada, com trinta e cinco votos contra (PSD19+CDS5+PS6+PAN2+BE2+PCP1) zero abstenções, e um voto a favor (CH1).**

Não houve declarações de voto.

**Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade<sup>062</sup> cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida o Presidente da Mesa deu por concluídos<sup>063</sup> os trabalhos da sessão ordinária de Setembro.**

**Eram 00:30 horas do dia 21 de Setembro de 2024.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva na sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(4:00)